

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CAMPUS SEDE EM CAMOBI  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAROLINE ZOLLIM FRANCO

**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - UM ESTUDO SOBRE AS  
DINÂMICAS DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS  
ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO RIO GRANDE DO  
SUL.**

Alvorada, RS  
2021  
Caroline Zollim Franco

**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS  
DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS ENTRE AS ESCOLAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS DO RIO GRANDE DO SUL.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Ciências Sociais Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Sede, como requisito parcial para obtenção do título de **Cientista Social**.

Orientadora: Prof. Dr. Mari Cleise Sandalowski

Santa Maria, RS  
2021

Caroline Zollim Franco

**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS  
DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS ENTRE AS ESCOLAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS DO RIO GRANDE DO SUL.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Ciências Sociais Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Sede, como requisito parcial para obtenção do título de **Cientista Social**.

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021:**

\_\_\_\_\_  
**Membro 1 da banca de avaliação do trabalho (UFSM)**  
Mari Cleise Sandalowski

\_\_\_\_\_  
**Membro 2 da banca de avaliação do trabalho (UFSM)**  
Laura Senna Ferreira

\_\_\_\_\_  
**Membro 3 da banca de avaliação do trabalho (UFSM)**  
Matheus Balduino Salkovski Junges

Santa Maria, RS  
2021

#### DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares queridos que me deram suporte e me possibilitaram realizar a minha graduação. A isto dedico à minha mãe, uma mulher absolutamente incrível, Rosângela e ao meu pai, Eduardo, meu melhor amigo, a pessoa com quem posso ter todas as trocas e que sempre me incentivou a ser a melhor versão de mim.

Dedico também ao Rodrigo, meu companheiro, que me deu o suporte, amor e aos incontáveis momentos de apoio para concretizar este ciclo tão necessário e singular em minha vida.

Dedico também a todos os meus colegas, amigos e amigas que agreguei ao longo da minha graduação e a equipe de pesquisa que fora montada para a realização deste projeto, a isto agradeço Guadalupe, Susana e Rogéria, sem vocês não seria possível realizá-la.

Não caberia aqui, todos os nomes dos professores e professoras que também me marcaram, a eles, desde o Jardim de Infância até este momento, dedico este trabalho, por todos os incentivos, desafios e gerações de expectativas e concretização das mesmas. Em especial, a minha professora orientadora, Mari Cleise Sandalowski por me fazer gostar, compreender e mergulhar no universo acadêmico das Ciências Sociais e acima de tudo, pela característica principal que ela tem, a de cativar seus estudantes e incentivá-los a expandir sua Imaginação Sociológica. Obrigada, 'profe'.

*"Por um mundo onde sejamos  
socialmente iguais, humanamente  
diferentes e totalmente livres."*

*(Rosa Luxemburgo)*

## RESUMO

**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO RIO GRANDE DO SUL.**

AUTOR: Caroline Zollim Franco  
ORIENTADOR: Mari Cleise Sandalowski

A pandemia, ocasionada pelo CORONA-VÍRUS, iniciou em 2019 e, ainda em 2022, faz sentir seus efeitos nos diversos campos da sociedade, em especial naqueles relativos às interações humanas. Desde então, a única contingência possível para diminuir a sua propagação foi o distanciamento social, sendo implementado em diversas instituições existentes, tanto públicas quanto privadas, dentre elas as educacionais.

Este movimento pode ser analisado tanto a partir de uma perspectiva macro-sociológica (quando analisado um espectro amplo de implementações de medidas provisórias e leis do executivo Estadual e Federal) quanto de práticas micro-sociais (no que tange os aspectos interacionais do campo simbólico).

Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar as práticas didático-pedagógicas adotadas pelas instituições de ensino públicas e privadas, suas principais diferenças e motivações, compreendendo o reflexo das relações econômicas de desigualdades sociais vivenciadas no modo de produção capitalista, no Estado do Rio Grande do Sul.

A história da educação brasileira demonstra interligar diretamente o sistema educacional e suas diretrizes de acordo com as necessidades político-econômicas conforme vão sendo evidenciadas no país, para abordar esta questão utilizaremos Caio Prado Júnior e Amarílio Ferreira.

Compreendendo o reflexo destas desigualdades sociais em relação às implementações dos modelos educacionais e suas dinâmicas nas relações de poder no campo simbólico, ligando capital, cultura, possibilidades de acesso ou detrimento das mesmas, utilizaremos para análise Pierre Bourdieu, István Mészáros e Vania Bambirra.

**Palavras-chave:** Desigualdades Sociais. Público e Privado. Escolaridade.

**ABSTRACT**  
**EDUCATION IN TIMES OF PANDEMICS - A STUDY ABOUT THE  
DIDACTIC-PEDAGOGIC TRANSPOSITION DYNAMICS BETWEEN PUBLIC AND  
PRIVATE SCHOOLS AT THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL.**

AUTHOR: Caroline Zollim Franco  
ADVISOR: Cleise Sandalowski

The pandemic, caused by the CORONA-VIRUS, started in 2019 and, still in 2022, makes its effects society, especially those related to human interactions. Since the beginning, the only possible contingency to reduce its spread was social distancing, being implemented in several existing institutions, both public and private, including the educational ones.

This movement can be analyzed from a macro-sociological perspective (when analyzing a broad spectrum of implementations of provisional measures and State and Federal executive laws) and from micro-social practices (with regard to the interactional aspects of the symbolic field).

In this sense, the objective of this study is to analyze the didactic-pedagogical practices adopted by public and private educational institutions, their main differences and motivations, understanding the reflection of the economic relations of social inequalities experienced in the capitalist mode of production, in the State of Rio Grande do Sul.

The history of Brazilian education demonstrates that it directly interconnects the educational system and its guidelines according to the political-economic needs as they are being evidenced in the country, to address this issue we will use Caio Prado Júnior and Amarílio Ferreira.

Understanding the reflection of these social inequalities in relation to the implementation of educational models and their dynamics in power relations in the symbolic field, linking capital, culture, access possibilities or detriment, we will use Pierre Bourdieu, István Mészáros and Vania Bambirra for analysis.

**Keywords:** Social differences. Public and Private. Schooling.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Cidades do Rio Grande do Sul pertencentes a pesquisa.**
- Figura 2 - Cidades do Rio Grande do Sul pertencentes a pesquisa.**
- Figura 3 - Levantamento Étnico-Racial dos participantes da pesquisa.**
- Figura 4 - Levantamento de Idade dos participantes.**
- Figura 5 - Quantidades de funcionários correspondentes a rede Pública, Privada e Mista.**
- Figura 6 - Formações de origem dos participantes docentes.**
- Figura 7 - Tipos de ensino ao qual o docente exerce sua profissão entre Educação Infantil, Pré-Escola, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, EJA e Trabalha no Administrativo.**
- Figura 8 - Descrição dos Tipos de Cargos Administrativos dos participantes.**
- Figura 9 - Percentuais referentes a participação das Escolas Públicas, Privadas e Mistas.**
- Figura 10 - Modalidade de Ensino escolhidos em 2020 entre Remoto, Híbrido e Presencial adotadas pelas escolas a partir da visão dos participantes dos Cargos Administrativos.**
- Figura 11 - Práticas Didático Pedagógicas adotadas pelas Professoras e Escolas durante o ano de 2020 a partir da percepção do corpo docente.**
- Figura 12 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Público.**
- Figura 13 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Privado.**
- Figura 14 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Público e Privado.**
- Figura 15 - Materiais disponibilizados aos docentes durante o horário de trabalho.**
- Figura 16 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Público.**
- Figura 17 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Privado.**
- Figura 18 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Misto.**
- Figura 19 - Práticas Didático-Pedagógicas em 2021 referente as Escolas Públicas e Privadas.**
- Figura 20 - Práticas Didático-Pedagógicas em 2021 referente as Escolas Públicas.**
- Figura 21 - Redes de Comunicação e Informação Remotas mantidas com os docentes e a comunidade escolar em 2021 nas escolas Públicas.**
- Figura 22 - Redes de Comunicação e Informação Remotas mantidas com os docentes e a comunidade escolar em 2021 das Escolas Públicas e Privadas.**
- Figura 23 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online nas escolas Públicas.**
- Figura 24 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online de acordo com os Turnos de Trabalho dos docentes das escolas Públicas.**
- Figura 25 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online nas escolas Públicas e Privadas.**
- Figura 26 - Mesorregiões em percentuais correspondentes aos participantes da pesquisa.**
- Figura 27 - Taxas de Analfabetismo da população brasileira de 1970.**

## SUMÁRIO

|                                                                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <u>1- INTRODUÇÃO</u> .....                                                                                                | 10 |
| <u>2- DESENVOLVIMENTO - FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA</u> .....                                                      | 13 |
| 2.1 - BRASIL COLÔNIA .....                                                                                                | 13 |
| 2.2 - BRASIL REPÚBLICA .....                                                                                              | 17 |
| 2.3 - BRASIL DITATORIAL .....                                                                                             | 21 |
| 2.4 - BRASIL PÓS 88 .....                                                                                                 | 23 |
| <u>3 - COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS</u> .....                                                                            | 25 |
| 3.1 - MESORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL .....                                                                             | 27 |
| 3.2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES .....                                                                                      | 27 |
| 3.3 - PERFIL DAS REDES ESCOLARES .....                                                                                    | 30 |
| <u>4 - DIFERENÇAS DOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS EM 2020</u> .....                                                       | 31 |
| 4.1 - MODALIDADES DE ENSINO .....                                                                                         | 32 |
| 4.2 - ÍNCIO DAS ATIVIDADES LETIVAS .....                                                                                  | 34 |
| 4.3 - MOTIVAÇÕES DOCENTES PARA AS MODALIDADES ADOTADAS NO ENSINO .....                                                    | 34 |
| 4.4 - MOTIVAÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA AS MODALIDADES ADOTADAS NO ENSINO .....                                             | 36 |
| 4.5 - CONSULTA GOVERNAMENTAL POR PARTE DO ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS .....                                                | 36 |
| 4.6 - NÍVEIS DE EVASÃO ESCOLAR .....                                                                                      | 37 |
| 4.7 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CONDIÇÕES TRABALHISTAS E DIFICULDADES DAS PROFESSORAS EM 2020 .....                          | 38 |
| 4.8 - DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM .....                                                                                  | 39 |
| 4.9 - MEDIDAS SANITÁRIAS ESCOLARES .....                                                                                  | 40 |
| 4.9.1 - MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE .....                                                                              | 40 |
| 4.10 - EM RELAÇÃO A MATERIAIS E INFRAESTRUTURA AOS ESTUDANTES .....                                                       | 41 |
| <u>5 - DIFERENÇAS DOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS EM 2021</u> .....                                                       | 42 |
| 5.1 - MODALIDADES DE ENSINO .....                                                                                         | 42 |
| 5.2 - CARGA HORÁRIA TRABALHISTA DOS EDUCADORES .....                                                                      | 44 |
| 5.3 - PRÁTICAS DIDÁTICO PEDAGÓGICAS DO ENSINO HÍBRIDO .....                                                               | 44 |
| 5.4 - CONDIÇÕES ESTUDANTIS PARA O ACOMPANHAMENTO DAS AULAS REMOTAS .....                                                  | 45 |
| 5.5 - REDES DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO REMOTAS .....                                                                     | 46 |
| 5.6 - DAS PERSPECTIVAS TRABALHISTAS DE ATENDIMENTO ONLINE .....                                                           | 48 |
| 5.7 - CONTEÚDO DOS ATENDIMENTOS ONLINE .....                                                                              | 49 |
| <u>6 - ANÁLISE DE CONJUNTURA POLÍTICA-GOVERNAMENTAL DAS INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS PRINCIPALMENTE EM 2020 E 2021</u> ..... | 50 |
| <u>7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....                                                                                     | 59 |
| <u>8 - REFERÊNCIAS</u> .....                                                                                              | 61 |
| <u>9 - LISTA DE FIGURAS</u> .....                                                                                         | 67 |
| <u>10 - LISTA DE ANEXOS</u> .....                                                                                         | 80 |

## **1 - INTRODUÇÃO**

A pandemia desencadeada pelo coronavírus (Covid-19), alterou profundamente os processos de produção e reprodução da vida, inclusive aspectos no que tangem o microssocial como processos interacionais cotidianos e, conforme Brandão (2001), macrossociais e estruturais. Desde o ano de 2019 se tem o conhecimento deste vírus, responsável pelo desencadeamento da maior crise sanitária no último século. Os modos de relação social, os serviços e o próprio funcionamento de algumas instituições precisaram adequar-se ao novo contexto do distanciamento social e isolamento como sendo a primeira medida de contenção do vírus, enquanto a vacina ainda não era uma realidade. O sistema escolar foi apenas uma destas instâncias afetadas, fazendo parte de um aspecto fundamental da reprodução da vida. Novos procedimentos didático-pedagógicos foram instituídos exigindo de seus profissionais novos métodos de ensino e aprendizagem.

A educação se molda de forma a corresponder ao modo de produção capitalista, assim como as especificidades de um determinado país e Estado correspondente. O Brasil, pertencente a América Latina, com seus processos históricos de Colônia, perpassando por uma Ditadura Militar e se tornando um país dependente dentro do sistema político-econômico mundial (Bambirra, 2012), possui questões políticas-governamentais específicas comparadas a outros locais. A educação é uma instituição que, conforme demonstrada historicamente se altera de acordo com as necessidades governamentais de um determinado momento histórico, mostrando-se um campo complexo, nos levando inevitavelmente à perspectiva de uma análise de conjuntura. Neste sentido, a problemática desta pesquisa pretende analisar de que forma as escolas públicas e privadas procederam com suas práticas didático pedagógicas durante esse contexto pandêmico, ainda, pretende-se compreender se há divergências entre ambos sistemas de ensino e se sim, quais e por que as mesmas ocorrem.

Dentre os objetivos do estudo, destacam-se: a) realizar uma análise de conjuntura para possibilitar o desenvolvimento da pesquisa; b) analisar como as decisões adotadas pelos órgãos executivos no contexto da pandemia impactaram o campo educacional; c) investigar os reflexos das decisões adotadas pelos órgãos governamentais no agravamento das desigualdades sociais; d) identificar quais foram as mudanças curriculares entre os setores

públicos e privados da escolaridade do ensino básico assim como as diferenças das transposições didáticas-pedagógicas entre os mesmos; e) observar de que forma escolas públicas e privadas adequaram suas dinâmicas de transposição didático-pedagógica no contexto da pandemia; f) analisar como se deu a capacitação profissional dos docentes para o uso das TICs; g) identificar as condições de trabalho das professoras no contexto da pandemia; h) identificar os impactos da pandemia sobre as atividades escolares.

Neste sentido, a importância deste estudo justifica-se por distintos motivos, dentre os quais se destacam: 1) pela ausência de pesquisas sociológicas no momento acerca da temática educacional em tempos pandêmicos expressando os procedimentos didático-pedagógicos em meio à crise sanitária; 2) pela importância de uma análise conjuntural relacionando a macrosociologia e a microsociologia no campo educacional; 3) pelo questionamento sobre como as decisões dos órgãos governamentais, mais especificamente dos executivos (Federal e Estadual) impactaram sobre as novas dinâmicas escolares e seus reflexos no que diz respeito à transposição didático-pedagógica dos conteúdos ministrados na educação básica do Estado do Rio Grande do Sul; 4) e, por fim, dimensionar as diferenças e os impactos da pandemia nas escolas públicas e privadas.

Em relação ao recorte teórico-metodológico que orientou esta pesquisa destacam-se as contribuições da Sociologia da Educação, integrada com perspectivas de análise das Ciências Políticas.

Os dados foram reunidos a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Apesar de ser utilizado majoritariamente dados estatísticos trazendo a base do conteúdo do trabalho, em expressões extensivas geográficas equivalentes ao Estado do Rio Grande do Sul não obtivemos quantidades de respostas equivalentes, porém de forma qualitativa fora atingida todas as Mesorregiões presentes, capturando significativamente os elementos dos objetivos da pesquisa .

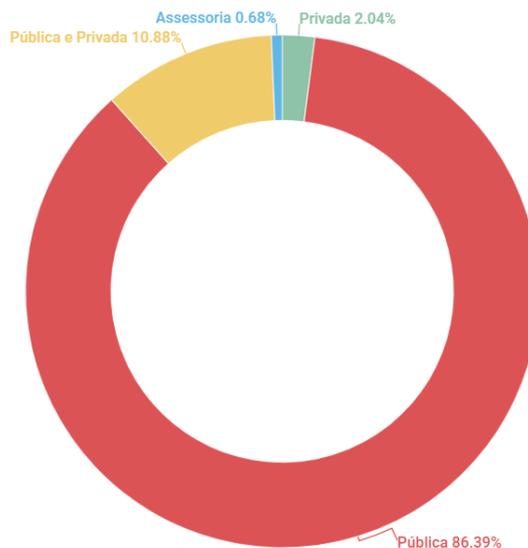
Quanto às técnicas de coleta de dados, foram utilizados dados primários, reunidos a partir da aplicação de questionário semi-estruturado (o qual foi enviado para todas as secretarias de educação municipais, coordenadorias regionais de educação, sindicatos, etc.), e

de dados secundários (retirados de outras fontes de pesquisa como jornais, revistas dentre outros meios de informação e comunicação). Esta ferramenta foi aplicada na transição entre o primeiro e segundo semestre de 2021.

O questionário foi aplicado a dois grupos específicos: a) trabalhadores da educação que ocupam cargos administrativos nas escolas; b) docentes que ministraram aulas durante o contexto pandêmico.

As categorias que compuseram o universo de pesquisa são: profissionais que atuam no sistema público de ensino, profissionais que atuam no sistema privado de ensino e profissionais que atuam em ambos os sistemas de ensino. Na Figura 9 é possível observar o percentual de participação dessas categoriais no respectivo objeto de estudo.

**Figura 9 - Percentuais referentes a participação das Escolas Públicas, Privadas e Mistas no Estudo.**



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

## **2- DESENVOLVIMENTO - FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA**

“NÃO É POSSÍVEL COMPREENDER A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SEM CONSIDERAR ESSES TRAÇOS ESTRUTURAIS DA NOSSA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA.”

Amarílio Ferreira, 2010

O Brasil como país possui especificidades produtivas no aspecto comercial, que são ao mesmo tempo compartilhadas com outros países pertencentes a América Latina. O processo de colonização destes países alterou significativamente sua trajetória, ainda que, como coloca Caio Prado Júnior, o sentido da colonização no caso brasileiro veio por interesses puramente comerciais, não de povoamento ou de investigação aventureira. Estes aspectos são importantes porque, desde sua origem, o Brasil possui uma série de prioridades econômicas e políticas em relação a investimentos, medidas de projetos políticos e intervenções político-econômicas internacionais que são herdadas, colocando o país no cenário mundial em uma determinada posição, perpassado pelo mercantilismo e o sistema capitalista. Neste cenário, existem países que se encontram como economias reguladoras centrais e países que se encontram como países dependentes (Bambirra, 2012).

### **2.1 - BRASIL COLÔNIA**

Caio Prado (1942) trabalha em suas obras os movimentos mercantis no período Colonial, como as exportações para diversos países europeus deram motivação para a formação de um mercado interno onde se formaram as principais bases econômicas brasileiras e ainda investiga qual a participação da burguesia local neste processo. Agricultura, mineração e extração são as três principais atividades econômicas que moldaram financeiramente e socialmente o Brasil; a “grande unidade produtora” marca as bases do sistema colonial e da elite dependente que se cria em torno disso; dependente pelo caráter de produção, venda e circulação das mercadorias produzidas no Brasil em relação a compra exterior.

O Brasil durante o período colonial incorporou grandes grupos de elites nas divisões de trabalho com base no escravagismo; as respectivas Coroas Portuguesas e Espanholas,

majoritariamente portuguesas e, por conseguinte, os demais grupos dominantes extraíram o máximo possível de riquezas de acordo com seus próprios interesses (e da Coroa).

Ao longo dos três séculos da colonização a sociedade se complexifica, porém, as bases permanecem as mesmas, ou seja, a produção e o capital nacional são dependentes das demandas externas. De acordo com Caio Prado, o comércio interno também cria suas vistas, mas se torna secundário e coexistente do comércio primário findado pela “grande unidade produtora”.

A partir do momento em que o pacto colonial é rompido o Brasil continua perpetuando-se com base na mesma racionalidade econômica. Para Caio Prado (1942) a evolução econômica colonial é cíclica, pois há regiões na qual se observa grande ascensão econômica em períodos específicos, seguidas posteriormente de declínios produtivos. Tal fato pode ser transposto para compreender também a atualidade da história econômica brasileira. Citam-se exemplos do açúcar na Bahia e Pernambuco no século XVII, posterior a mineração e ainda, utiliza o exemplo da República do café com leite nas regiões de São Paulo e Minas Gerais. A derrocada que fala Caio Prado não é só econômica, é social também, povos dizimados por este processo explorador desenfreado são consequência do sistema colonial.

O relevante aqui, nesta exposição, é colocarmos que no momento em que estas elites começam a pertencer e se estabelecer nos territórios que conhecemos hoje como brasileiros, os mesmos constroem redes de socialização, maneiras de perpetuação de seus *habitus*, de seus *status quo* criando uma rede de existência secundária na visualização geral do processo, que se torna incluída na nova sistemática. A reprodução da vida europeia em um novo território perpassa tanto aspectos de materialidade como no campo simbólico.

A escola, compreendida aqui como educação tradicional e letrada, constituiu-se como espaço responsável por perpetuar o *status quo* das elites locais, mantendo os povos que deveriam ser catequizados e escravizados em condições de submissão social, política e valorativa; por isso era necessário uma educação normativa, que estabelecesse de forma rígida os novos valores sociais inseridos naqueles sujeitos.

Amarílio Ferreira Júnior, em sua obra “História da Educação brasileira: Da colônia ao século XX”, publicada em 2010, explica que de 1549 até meados de 1759, período em que jesuítas e a Igreja Católica assumiram a educação colonial, as escolas eram utilizadas majoritariamente para catequizar crianças indígenas. Utilizava-se o sistema bilíngue traduzindo as linguagens nativas para o português; a catequização dos povos indígenas, principalmente de crianças dos povos originários, tinha por objetivo a inserção dos valores cristãos europeus. Essas escolas, chamadas também de Companhias de Jesus, no período das reformas pombalinas (1759), instituíram novas formas de ensino, ampliando as suas capacidades para a elite, das quais tinham como base a gramática (portuguêsa, latina e grega) além de retórica e filosofia.

A disputa se tratava de aculturamentos, violências simbólicas e de poderes no que tange ao apagamento e substituição da religião e culturas ameríndias mediante a inserção de valores e religião europeias. Conforme Bourdieu (2011), o *habitus* corresponde as estruturas estruturadas estruturantes que refletem, na constituição da subjetividade dos agentes sociais; a interiorização dessa estrutura social externa nas práticas cotidianas socialmente constituídas e formadas por diversos campos, se expressa objetivamente em ações cotidianas e concretas como, por exemplo, usar vestimentas, rezar, ir à igreja, a iniciação da monogamia, dentre tantos outros aspectos. Se até então o ensino era somente oralizado, Bourdieu (2011) nos ajuda a compreender como culturas regem a constituição de um indivíduo e uma sociedade e de que modo se dá esta ressignificação pelos agentes de uma sociedade. É com base nesta mudança que a educação brasileira letrada, tradicional é inserida.

Na Europa observa-se um movimento distinto nesse período. Com a inserção do Luteranismo e a propagação das Teses de Martinho Lutero, evidenciadas por Weber na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, a escolha pelo catolicismo ou pelo luteranismo significa bem mais do que moralidade ou religião, pois perpassava conceber um novo sistema econômico emergente e social que tinha como base o trabalho “livre”. Assim, neste movimento pré-industrial se concebiam os novos valores agregados ao trabalho assalariado, sob geração de lucros, produtividade e rotatividade de capital, a inserção do capitalismo e da classe Burguesa, além do forte movimento teórico e social do Iluminismo,

propondo revoluções. Esse fatos mudaram substancialmente a ordem regida por esses países, observando-se as abolições dos sistemas escravagistas em meados de 1800.

Como o Brasil era majoritariamente comandado pelo reino de Portugal, teve influencias fortemente católicas no que tange os aspectos educacionais; primeiro com as catequizações, posteriormente com o estabelecimento das elites, como citado acima, se iniciam os novos moldes de escolarização que trabalhavam com as escolas chamadas de primeiras letras até graduações (Direito e Medicina). Basicamente as elites se alfabetizavam e seguiam carreiras acadêmicas principalmente no bacharelado na escola de D. Pedro II até se especializarem em uma das duas modalidades; a escola de D. Pedro foi fundada em 1837. Mesmo em 1822 o Brasil estando “Independente” da coroa Portuguesa e em 1888 tendo assinada a lei Áurea, se perpetua a forma de ensino e aprendizagem excludente no sistema educacional, não abrindo acesso universal para todos os segmentos sociais aos espaços escolares.

As elites brasileiras, com ênfase na produção agrária, não enxergavam a educação como uma ferramenta necessária para o setor produtivo. Tal grupo social, mediante a escolarização, tinha como único objetivo compartilhar de um *status quo*, de uma formação e diferenciação do *ethos* cultural no que tange aos aspectos simbólicos. Nota-se que, o movimento contrário ocorreu na Europa Ocidental, onde a Industrialização exigia e ainda exige do trabalhador determinados conhecimentos que irão influenciar na dinâmica produtiva.

Posteriori, o Brasil adotou como sistema educacional o modelo pombalino, advindo diretamente da monarquia portuguesa; tal modelo é caracterizado por uma estrutura hierárquica rígida no que tange a organização e sistema de funcionamento escolar, com o Diretor nomeado pelo rei, os professores nomeados pelos diretores, uma banca examinadora e as aulas que pouco diferiam do sistema escolar passado, incluindo as aulas Régias (estudos de letras humanas) de Gramática Portuguesa, Gramática Latina, Gramática Grega, Retórica, Filosofia.

“[...] No contexto de uma sociedade agrária e escravocrata, a educação não guarda diretamente uma relação científica com o mundo do trabalho. As relações sociais de

produção são marcadas pelo baixíssimo nível de desenvolvimento tecnológico das máquinas, da mão de obra (analfabeta) e das matérias primas utilizadas no processo de fabricação das mercadorias(manufaturas).[...]O processo produtivo era mantido quase que exclusivamente pela força física(bruta) do trabalho humano.” (Amarílio Ferreira Júnior, 2010. pg. 33)

Estes fenômenos demarcam as características econômicas e educacionais da origem da escolarização no território brasileiro; esta relação possui uma rede de inserção e formação que são intrínsecas à colonização, através do letramento e processos de violência em relação aos povos ameríndios, passando pela geração de riquezas e estabelecimento das elites portuguesas e espanholas. Com base no sistema escravocrata, as elites ao se estabelecerem instalam a seu modo um sistema que permite conservar, ampliar e reproduzir suas culturalidades pertencentes ao universo letrado, chegando a profissionalização de si e culturalmente replicada entre os seus iguais. Quanto ao restante da população, composta por escravos, pessoas “livres”, imigrantes europeus trabalhadores que entravam na escala produtiva, tais grupos não tinham espaços para o desenvolvimento de atividades de cunho intelectual. Tal dinâmica fundamenta as desigualdades sociais fundadoras do sistema brasileiro que se encontram em aspectos econômicos, culturais, sociais, políticos e educacionais formando raízes que mesmo no século XXI ainda se expressam como presentes.

## **2.2 - BRASIL REPÚBLICA**

Entre o período Republicano (1889) e a Segunda República (1932) observa-se a implementação no Estado brasileiro de alguns princípios federativos. Neste período, a educação não era obrigatória, porém, era vinculada por exemplo ao voto. O voto abarcava somente homens com seus bens estabelecidos, excluindo os não pertencentes as elites, como analfabetos, mulheres, mendigos, menores de idade, pessoas representantes de religiões e, principalmente, sem terras ou poderes aquisitivos. Tal contexto demarca um quadro em que socialmente a maioria da população é analfabeta e incapaz de compreender os processos político-governamentais.

Durante este período haviam três correntes de disputas político-ideológicas ligadas ao momento histórico, “[...]o liberalismo à americana (em que o governo interfere o mínimo na vida do cidadão); o jacobinismo à francesa (em que o governo é mediado pela participação

direta do cidadão) e o positivismo[...].’ Ferreira,A.; Carvalho,C; Neto, W. Federalismo. pp. 109-120, 2016. Conforme Amarílio Ferreira, em determinados momentos uma corrente se sobressaía mais as outras, formando as ações políticas governamentais.

Em 1932, em um marco histórico, foi divulgado o ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação’. Conforme Amarílio Ferreira (2010) a ruptura do período colonial para o período Republicano marcou o início da socialização dos grupos burgueses, sendo o novo sistema político governamental fundado nos ideários liberais onde ‘todos são iguais perante a lei’, obtém-se uma divisão categórica entre as estruturas jurídicas formadas por instituições de cunho ideológico pertencentes a Superestrutura e instituições de base produtivas, pertencentes a Infraestrutura.<sup>1</sup>

Durante as primeiras décadas do século XX, foram observadas algumas mudanças no campo educacional, com destaque: 1) à criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública; 2) o final da laicidade no campo educacional nacional; 3) implementação de uma Reforma Educacional a níveis nacionais.

---

<sup>1</sup> Quando Karl Marx inicia suas obras para além dos debates filosóficos, ele se debruça no Sistema Capitalista, de que forma ele se estrutura e se mantém como um Modo de Produção vigente. Além das cargas objetivas e materiais, Marx desvenda de que forma ideologicamente, se sustenta e justifica um sistema que se torna tão dominante e desigual, entre as Classes Sociais, as opressões e tensões como por exemplo, o braço armado do Estado, a polícia, o exército, entre outros. O capitalismo é o modo de produção vigente da modernidade, para isto o mesmo divide o sistema em duas sessões, a Super-Estrutura e a Infra-Estrutura.

O Estado faz parte da Super-Estrutura, a Super-Estrutura conserva tudo referente a parte ideológica, do universo das ideias, como por exemplo Religião, Cultura, Moral, Direito, Política, Exército e Polícia. A Super-Estrutura influencia diretamente a Infra-Estrutura e vice-versa.

A Infra-Estrutura está diretamente ligada as condições de produção. As forças produtivas são correspondentes ao maquinário e desenvolvimento tecnológico, assim como as pessoas, á classe trabalhadora pertencente nesta escala. Assim como as relações de produção, como os meios e a propriedade Privada.

Este é um esquema que demonstra a estrutura social que se reflete no significado da existência do Estado, ele é uma ferramenta que serve para manter o Modo de Produção Capitalista assim como as classes sociais com a burguesia no poder. O Estado pra Marx não é um órgão neutro, ele possui uma classe social vigente e intrinsecamente recebe influências políticas e econômicas da burguesia.

A Infra-estrutura determina as relações da Super-estrutura e a Super-estrutura é criada para manter as relações de produção. (Marx, Karl. **CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. Editora Expressão Popular. 2ª Ed. São Paulo, 2008. Disponível em: <[https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao\\_a\\_critica\\_da\\_economia\\_politica.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf)> Acesso em: 08/02/2022.)

Até então, somente haviam escolas diretamente vinculadas as Igrejas; após a proclamação da República, as mesmas perderam espaços nos tecidos sociais. Tais decisões político-governamentais foram uma maneira de conciliar os desejos do Francisco Campos -responsável em questão pelas reformas- e ainda, agradar aos vínculos de influências políticas econômicas vinculadas ao poder da Igreja.

O Brasil passava por mudanças estratégicas no campo produtivo, com a burguesia autocrática priorizando as relações industriais para que se tornassem mais palpáveis em um país até então, majoritariamente agrário. É nesse contexto que aparece um novo segmento social, o operariado. O Estado e a Educação eram campos fundamentais na organização e implementação em massa do ideário de industrialização do país. Nas propostas da Reforma Educacional consta a oferta de ensino de todos os níveis educacionais. Era também necessário implementar uma educação voltada ao mercado de trabalho, já que, com dois terços da população analfabetas e uma transição produtiva, faz-se necessário um outro tipo de conhecimento voltados ao desenvolvimento industrial, dado que a operacionalização de maquinários demanda conhecimentos mais específicos e complexos a serem compartilhados.

Além do ensino profissional, a grande novidade levada à prática pelas mudanças educacionais de 1931 foi a organização do ensino secundário como nível de acesso exclusivo para o ensino superior, que passara a ser constituído, por sua vez, pela reunião das faculdades de Medicina, Direito e Politécnica. Tal como já acontecia com a escola primária, o ensino secundário instituído era fundado num currículo seriado com frequência 65 obrigatória e possuía dois ciclos, o fundamental, de 5 anos, e o complementar, de 2 anos. E mais, o Decreto no 19.890 (18/04/1931) também equiparava todos os colégios secundários oficiais ao Colégio D. Pedro II na prerrogativa de conferir certificação para os egressos que eram candidatos ao ensino superior, ou seja, a partir de 1931, o Colégio, que desde o Império realizava os exames parcelados das disciplinas que integralizavam o bacharelado de nível secundário, perdia a exclusividade na diplomação dos concluintes desse grau de ensino. (Amarílio Ferreira, 2010, p. 64-65).

Uma espécie de vestibular além dos currículos obrigatórios, mais os cursos preparatórios obrigatórios eram implementados para aqueles que pudessem atingir níveis mais altos de escolaridade, no caso os cursos clássicos como Direito, Arquitetura e Medicina. Até esse período a única maneira de obter essa titulação era pelas redes de Colégio de D. Pedro II.

O processo escolar era extremamente excludente. No Manifesto de 1932 foi exposta esta questão, além de chamar a atenção para a laicidade, a qualidade no ensino, a gratuidade e, ainda, uma crítica ao incentivo e participação da vida produtiva aos jovens precocemente.

Em 1934, na Assembleia Constituinte, foram aprovadas a maioria das propostas levantadas na carta, determinando que ‘O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias profissionais e normais’ (Brasil, 2001c, p. 169).

Os processos educacionais construídos no Brasil não obtiveram consultorias e construções que incluíssem a participação popular, tornando as necessidades objetivadas e classificadas não pelo público alvo que utilizaria estes serviços; ao contrário, esse sistema escolar se constituiu como uma necessidade determinada a partir dos interesses dos grupos dominantes. Apesar das escolas serem uma necessidade populacional, seu formato era questionável, (como ainda é) dotado de conhecimentos gerais amplos, clássicos e universais com muitas dificuldades na aplicabilidade do cotidiano escolar.

Somente em 1961, com o lançamento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) se estabeleceu a obrigatoriedade de ensino dos 7 aos 14 anos de idade.

Ao longo de todos esses anos houveram disputas ideológicas profundas em relação a laicidade do ensino, a metodologia de divisão de séries e, acima de tudo, o conteúdo trabalhado e deslocado nas instituições de ensino específicas e normais, como por exemplo, instituições que ensinavam apenas latim. Além das defasagens, haviam poucas unidades de ensino por território, distribuídas de forma desigual a quantidade populacional.

A instabilidade econômica, no período posterior aos governos de Getúlio Vargas, aliada à instabilidade política e as pressões de diferentes ordens são expressos em diversos processos políticos até 1964.

‘Os embates ideológicos entre as duas tendências manifestaram-se em vários episódios que se sucederam entre 1945 e 1964, a saber: o suicídio de Getúlio Vargas,

em 1954, a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1955, a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, a reação militar contra a posse do eleito vice-presidente João Goulart, em setembro de 1961 e o próprio golpe de Estado implementado pela aliança empresarial-militar, em 1964.’ (Amarílio Ferreira, 2010, p. 91).

De um lado, a burguesia agrária frustrava-se com a burguesia implementadora do capitalismo tardio e, de outro, as divisões entre esses setores em relação as mudanças necessárias para o desenvolvimento de um perfil socioeconômico nacional novo. A burguesia brasileira capitalista estava em um impasse entre fazer alianças com os capitalistas norte-americanos (UDN) ou de implementar alianças com o operariado e as massas rurais brasileiras (PTB, PSD).

Paulo Freire (1987) entra neste cenário como um revolucionário educacional mudando a metodologia de ensino e aprendizagem no país, através de uma proposta que enfatiza o empoderamento crítico dos agentes sociais. É necessário, segundo o autor, pensar a sociedade brasileira não só a partir da perspectiva econômica, mas também política, trazendo a realidade da comunidade de forma legível para o educando. Sua metodologia pensa em tornar o que é concreto, palpável, para o processo cognitivo de aprendizagem letrada. Estamos aqui, falando de qualidade e possibilidades de ensino alinhadas com a sociedade brasileira e suas realidades sociais. Sua metodologia é institucionalizada pelo presidente da época, João Goulart (1961-1964), fortalecendo a posição dos burgueses capitalistas, já que, para votar era necessário estar alfabetizado. O fato das camadas populares brasileiras compartilharem de capitais culturais causava receios entre as elites agrárias e mais conservadoras.

### **2.3 - BRASIL DITATORIAL**

Em 1964, juntamente com a corrente capitalista, mais alinhados aos conservadores da UDN, ocorreu a Ditadura Militar e, por consequência, uma série de reformas e mudanças. Nesse processo foram alterados substancialmente os procedimentos políticos ligados ao direito, a democracia, a política e ao exército. Do mesmo modo enfatizou-se o investimento no setor industrial com fins de aceleração na modernização do país, não importando os meios para isso.

Jarbas Passarinho, nomeado como ministro da educação implementou uma série de normativas educacionais dos níveis básicos aos superiores, como, por exemplo, a Reforma Universitária de 1968 e reforma da escola de educação básica. Dentre elas implementou a ‘Operação Escola’ inserindo instituições nas Capitais e nos grandes centros urbanos, assim como serviços de alimentação, saúde e materiais escolares aos estudantes.

Das séries escolares, inseriu o ensino de 1º Grau com 8 séries obrigatórias dos 7 aos 14 anos, o 2º Grau com 3 séries sendo opcional dos 15 aos 17 anos, com cursos voltados para o mercado de trabalho focados nas áreas docente, técnico e administrativo e, por último, o Nível Superior incluindo Graduação e Pós-graduação.

A educação durante o período da Ditadura Militar era voltada majoritariamente ao mercado de trabalho, de modo a preparar os jovens o mais rápido, prático e técnico possível para serem introduzidos nas dinâmicas produtivas.

No ano de 1967 fora criado o MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização e em 1970, se chega às constatações de que o nível de analfabetismo permaneciam, ainda, extremamente alto. (Figura 27)

#### Analfabetismo em 1970.

| População com mais de 15 anos | Analfabetos com mais de 15 anos | Taxa de analfabetismo | População de 15 a 39 anos | Analfabetos de 15 a 39 anos | Taxa de analfabetismo |
|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| 54.336.606                    | 17.936.887                      | 33,01%                | 35.954.488                | 9.911.744                   | 27,56%                |

Fonte: adaptado de Romanelli (1986).

**Figura 27 - Taxas de Analfabetismo da população brasileira de 1970.**

Por exemplo, com as formações em docência no 2º Grau os professores lecionavam muito precariamente, as condições trabalhistas com altas inflações e o arrocho salarial resultaram em insatisfações e greves facilmente dissolvidas, tendo conhecimentos precários e simplórios sem ligação ontológica. Por outro lado, estudantes das elites econômicas, que podiam frequentar a educação privada, tiveram acesso a um ensino completamente diferente,

voltado não só para o mercado de trabalho como também para formações que preparavam os discentes para ingressar no ensino superior e, ainda, compartilhando de um status quo e capitais culturais elevados em relação a grande massa populacional.

Não há como falar de Educação e Ditadura Militar sem trazer para o debate a grande participação estudantil universitária reivindicando melhores condições estudantis, melhores condições trabalhistas e o fim do regime ditatorial. A partir de 1968 quando implementaram reformas universitárias em conjunto com uma série de programas norte-americanos (MEC-USAID, Ministério da Educação United States Agency for International Development), além do Ato Institucional 5<sup>2</sup>, estudantes universitários de todo o país articularam-se a outras organizações políticas de resistência à ditadura militar (PCB, MR-8, POLOP, ANL, dentre outros), construindo a via que, aparentemente, era a única possível, uma luta de guerrilha urbana e armada que era discreta até que passa a tomar mais corpo junto com novos quadros revolucionários e maior expansão territorial.

Diante de tantos conflitos travados e o sufocamento de uma sociedade em contenção física e moral, em 1985 se tem o final da ditadura. Ao final o avanço tecnológico, pragmático e econômico gerou resultados que determinaram o país como urbano-industrial, sendo constituído por 70% da população urbana. A concentração de renda, ao final da ditadura militar, encontrava-se com 10% da população brasileira, a qual tinha a posse de 45% de toda a riqueza produzida no país. Para a classe trabalhadora, além da não distribuição de renda, restaram altas inflações, arrochos salariais e a abertura democrática.

Em 1979 fora criada a UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1981 fora criado o ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e uma série de investidas a novas formulações educacionais iniciaram, juntamente com a Constituição Brasileira de 1988.

#### **2.4 - BRASIL PÓS 88**

Com a globalização e a união de diversos países construindo perspectivas econômicas conjuntas em cima de um plano político econômico vigente, o neoliberalismo tem sido

---

<sup>2</sup> Ato Institucional 5 - AI-5. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Ato Institucional completo disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>

implementado em larga escala nos países da América latina; suas características fundamentais se dão na precarização dos serviços públicos até que os mesmos sejam vendidos a preços absurdamente baratos atraindo investidores de outros países, como também participar de fundos monetários internacionais FMI, reduzir os poderes econômicos do Estado, flexibilizar as leis trabalhistas, estabelecer cortes nos 'gastos' públicos, dentre outras medidas. Aos países reguladores do capital se tem outras prioridades mantendo, uma relação hierárquica e harmônica ao mesmo tempo.

Dentro deste controle de 'gastos' estatais a educação pública entra como um dos serviços ofertados pelo Estado à população, sujeito também a sofrer cortes e congelamentos como a PEC 241/2016, por exemplo, que congela os investimentos em saúde e educação em 20 anos, aprovada pelo Presidente Michel Temer em 2016 (PMDB).

Amarílio Ferreira (2010) explica que, durante o período da ditadura militar e ao longo dos anos 90, foram realizados pelos governos brasileiro diversos empréstimos para permitir o 'boom econômico'; em contra partida, o Estado deveria implementar uma série de políticas governamentais, relacionadas aos investimentos públicos, dentre elas, por exemplo, a progressão contínua de estudantes às séries seguintes sem, necessariamente, terem alcançado o desenvolvimento pedagógico esperado e recomendado.

As desigualdades sociais geradas e perpetuadas ao longo da história do Brasil estão vinculadas diretamente aos resultados observados em 2020 e 2021, as quais são acentuadas por uma crise sanitária pandêmica. As reformas curriculares ocorridas com base na BNCC 2016 (Base Nacional Curricular) vem no sentido de atender, majoritariamente a uma proposta mercadológica, permitindo a profissionalização mínima desses estudantes apesar da supressão e diminuição de cargas horárias em outras disciplinas responsáveis pela formação ontológica.

A Reforma do Novo Ensino Médio, promulgada pela lei N° 13.415/2017, coloca que a carga horária de 800 horas letivas aumentará para 1000 horas, observando-se, ainda, a flexibilização de alguns dos componentes curriculares. O foco do ensino será voltado para as áreas do conhecimento tradicionais e na formação técnica e profissional dos estudantes. Juntamente com estes elementos serão também priorizadas 1800 horas letivas ao

correspondente à BNCC; o restante da carga horária deverá ser destinada aos itinerários formativos.

As aprendizagens obrigatórias regidas pela BNCC estarão definidas por grandes áreas do conhecimento, não especificando as disciplinas que serão ofertadas pela escola, sendo, I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas). A integração dos itinerários formativos incluirão as disciplinas correspondentes às grandes áreas. Fazemos aqui a ressalva da não obrigatoriedade desta formação, como por exemplo, ciências humanas e sociais aplicadas, onde o aluno pode escolher entre filosofia, sociologia e administração, por exemplo.

‘Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea’. BRASIL, Portaria nº 1.145/2016.

As reformas curriculares instauradas e implementadas se apoiam sobre as reformas educacionais ocorridas nas décadas de 30 do século passado, reduzindo o ensino e a aprendizagem às grandes áreas do conhecimento pautadas por atingir objetivos gerais, além do aumento significativo das cargas horárias escolares, orientando a educação escolar para atender as demandas mercadológicas e tecnicistas.

Já para o Ensino Médio são apontadas as áreas de linguagem, com destaque para língua portuguesa, e matemática. A área de Ciências da Natureza tem somente como descrição a disciplina de ciências, não especificando Química, Biologia e nenhuma outra referência à grande área. Em Ciências Humanas são indicadas apenas as disciplinas de Geografia e História, não incluindo Filosofia e nem Sociologia. E, ainda, encontramos Ensino Religioso como componente obrigatório no ‘Novo Ensino Médio’.

### **3 - COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS**

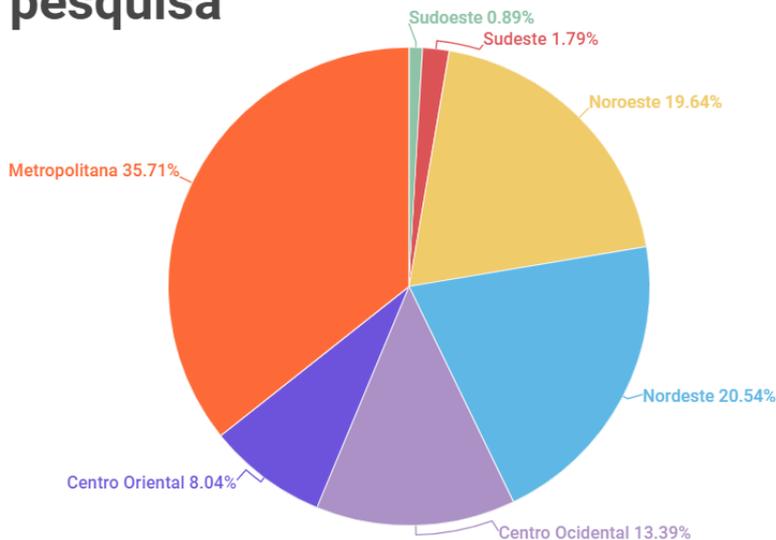


### 3.1 - MESORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Dos percentuais correspondentes às mesorregiões do estado, a distribuição das respostas se dá da seguinte forma: Sudoeste com 0,89%, Sudeste com 1,79%, Noroeste indicando 19,64%, Nordeste com 20,54%, Centro-ocidental com 13,39%, Centro-Oriental com 8,04% e a região Metropolitana com os maiores índices de participação, 35,71% (Figura 26).

Figura 26 - Mesorregiões em percentuais correspondentes aos participantes da pesquisa.

## Mesorregiões participantes da pesquisa



Fonte: Autoria própria, 2022.

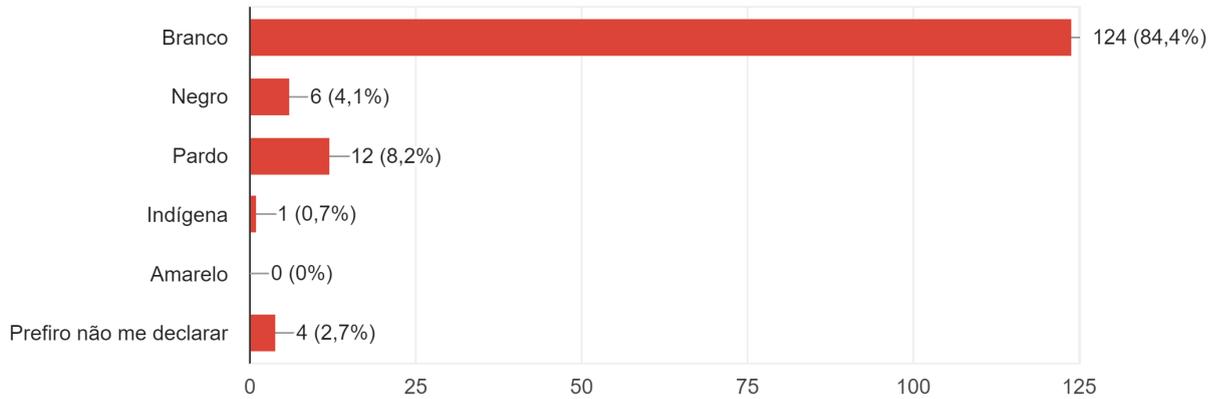
### 3.2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os profissionais da educação que participaram deste estudo, em sua maioria, é composto por mulheres, 87,1% da pesquisa; 12,2% dos entrevistados se identificaram como homens e cerca de 0,7% não se identificou em nenhuma das duas categorias.

Em relação à categoria de etnico-racial 84,4% dos docentes se definiram como brancos, 8,2% como pardos, 4,1% como negros e 2,7% dos respondentes optou por não se declarar. (Figura 3)

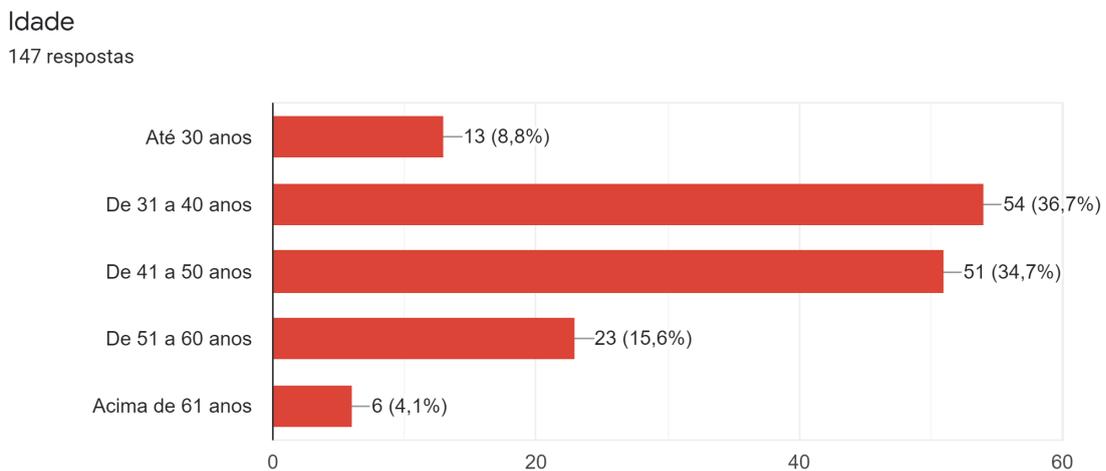
No quesito idade, a grande maioria das participantes têm entre de 31 e 40 anos (36,7%), seguidas das profissionais que se encontram entre os 41 e 50 anos (34,7%) e, por fim, aquelas que têm entre 51 e 60 anos (15,6%) (Figura 4).

**Figura 3 - Levantamento Étnico-Racial dos participantes da pesquisa**



Fonte : Autoria própria, 2022.

**Figura 4 - Levantamento de Idade dos participantes**



Fonte : Autoria própria, 2022.

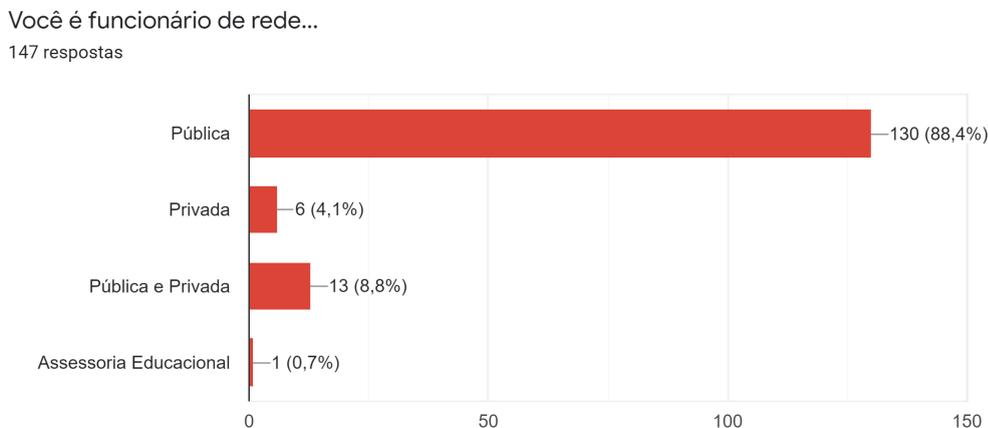
O estado civil das entrevistadas corresponde em sua maioria à uniões estáveis ou casamentos (70,7%), seguidos por solteiros e solteiras (19,7%) (Anexo I).

A renda individual corresponde às seguintes taxas percentuais: 29,3% recebe valores de R\$ 3.301 até R\$ 4.400, 25,2% possuem renda de R\$ 2.201,00 até R\$ 3.300,00, 20,4% recebem de 4,401,00 R\$ até R\$ 5,500,00, 15% têm salários que variam entre 1101,00 e 2200,00 e 9,5% recebem salários acima de R\$ 5501,00 (*anexo 2.1*).

As relações trabalhistas destes profissionais se dão também em ocupações distintas da docência; para 23,1% dos participantes, estas ocupações entram quanto uma renda extra e ainda, 44,2% trabalham em mais de uma escola, muitas vezes em mais de um ou dois turnos dependendo da carga horária exercida.

A grande maioria das docentes que responderam o questionário são profissionais atuantes somente em escolas públicas (88,4%) posições, 4,1% trabalham em escolas privadas e 8,8% dos profissionais exercem a docência tanto em escolas públicas quanto privadas (Figura 5).

**Figura 5 - Quantidades de funcionários correspondentes a rede Pública, Privada e Mista.**



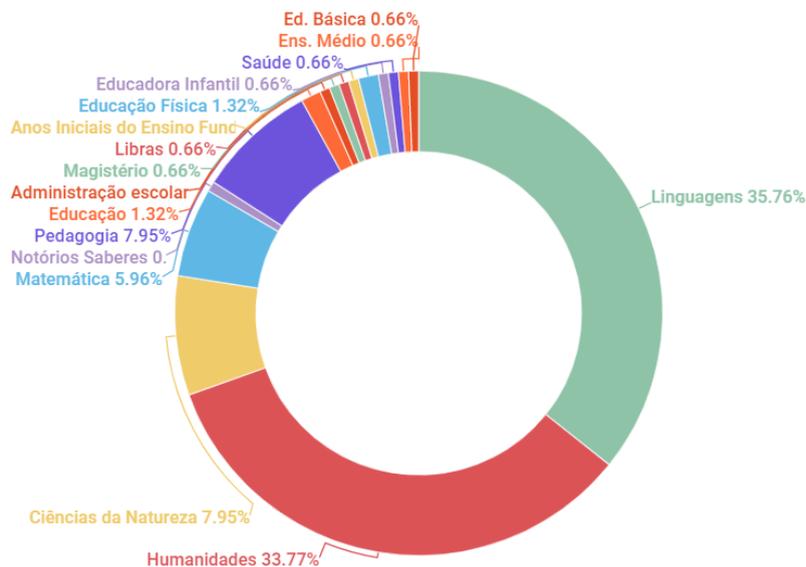
**Fonte: Autoria própria, 2022**

Em relação ao sistema de ensino público, os maiores percentuais estão relacionados às redes de Ensino Municipais (72%), seguidos daquelas que trabalham em escolas municipais e estaduais 18,2% (Anexo 3).

A formação de origem destes profissionais pode ser distribuída entre as áreas das Linguagens, seguida pela de Humanidades e em terceiro lugar as áreas de Pedagogia e

Ciências da Natureza. Houveram alguns percentuais menores em outras áreas do conhecimento. (Figura 6)

**Figura 6 - Formações de origem dos participantes docentes**



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

A maioria das profissionais participantes têm entre 11 e 20 anos de atuação na docência (37,4%), em segundo lugar encontram-se aqueles com até 10 anos de trabalho no campo (34,7%) e, por fim, entre de 21 e 30 anos de trabalho (20,4% dos participantes) (Anexo 4).

Das participantes totais, 143 lecionam em redes públicas, distribuídos entre Municipais (72%), Estaduais (8,4%), Federais (1,4%) e mistos, entre Estaduais e Municipais (18,2%).

### **3.3 - PERFIL DAS REDES ESCOLARES**

As Redes escolares com as quais obtivemos resultados são pertencentes ao Meio Urbano (78,9%), Meio Rural (11,6%) e realidades mistas (tanto urbanas quanto rurais, 14,3%).

As características socioeconômicas dos públicos que frequentam essas redes escolares, de acordo com a informação dos entrevistados, é composta por classes médias baixas (40,2%), comunidades consideradas de baixa renda (32,2%) e em situação de vulnerabilidade social (16,1%); houveram outras categorias com menores percentuais. (anexo 5).

Das idades e anos de ensino, obtivemos um retorno de quase todos os ciclos estudantis, exceto o EJA, incluindo a Educação Infantil, com duração de 4 anos, com alunos de 0 a 3 anos, a Pré-escola, com duração de 3 anos, com alunos de 4 a 6 anos, o Ensino Fundamental nos Anos iniciais do 1º ano 4º ano, o Ensino Fundamental Anos Finais, do 5º ano ao 9º ano, o Ensino Médio com duração de 3 anos, com o 1º ao 3º ano. Além de alcançar, também, trabalhadores e trabalhadoras do setor administrativo da escola, que inclui diretores, vice-diretores, coordenadores educacionais, orientadores educacionais, financeiro, secretário dentre outros.

**Figura 7 - Tipos de ensino ao qual o docente exerce sua profissão entre Educação Infantil, Pré-Escola, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, EJA e Trabalha no Administrativo**

Você trabalha/leciona para...

147 respostas

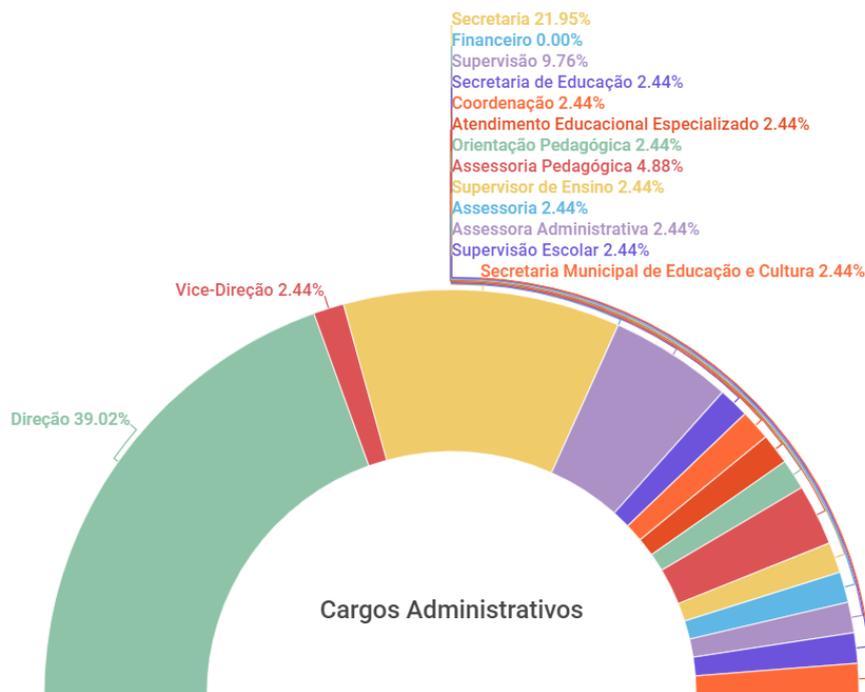


**Fonte: Autoria própria, 2022.**

Das ocupantes de cargos administrativos escolares obtivemos o total de 27,21% do total das respostas; os mesmos exercem cargos na Direção (39,02%), Secretaria (21,95%), Supervisão (9,76%), Assessoria Pedagógica (4,88%), dentre outros com percentuais menores (Figura 8).

O questionário possui perguntas diferentes para cada tipo de cargo exercido, as questões foram divididas entre dois nichos, um equivalente às pessoas que trabalham em cargos administrativos, onde foram elencadas questões mais estruturais das escolas e dos processos decisivos mediante protocolos e formatos de ensino durante o período da pandemia e outro modelo de questões direcionadas aos docentes, onde as questões eram mais referentes às práticas escolares, os dilemas e enfrentamentos de ensino e aprendizagem mediante ao COVID-19. O questionário também foi dividido entre sessões referentes ao ano de 2020 e 2021 separadamente.

**Figura 8 - Descrição dos Tipos de Cargos Administrativos dos participantes**



Fonte: Autoria própria, 2022.

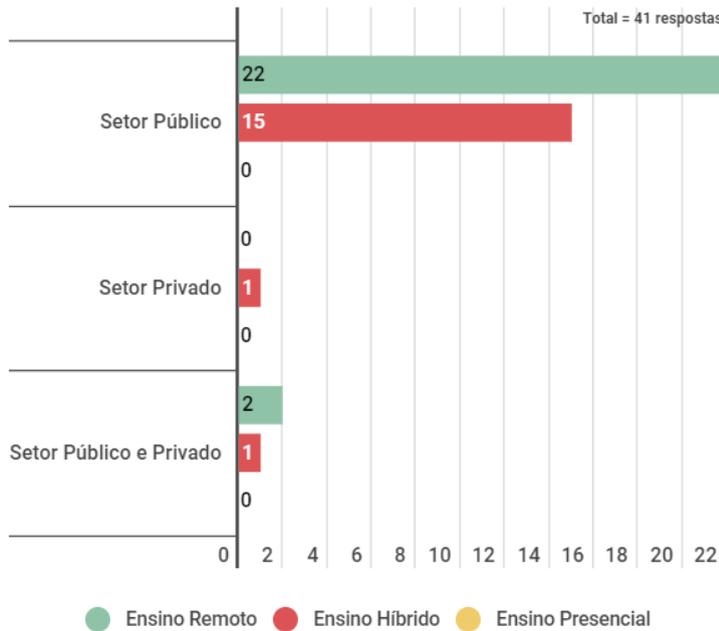
#### 4.1 - MODALIDADES DE ENSINO

Durante o ano de 2020 conforme as respostas dadas pelas agentes que atuam no campo administrativo (41 participantes), as escolas públicas permaneceram em maioria em modo Remoto e as escolas privadas em Ensino Híbrido (Figura 10).

Conforme os dados informados pelo setor docente (107 respostas), 4 foram anuladas por imprecisões categóricas, totalizando 103 respostas validadas. Esse grupo apontou como recursos didáticos atividades desenvolvidas principalmente em 3 categorias: 'somente

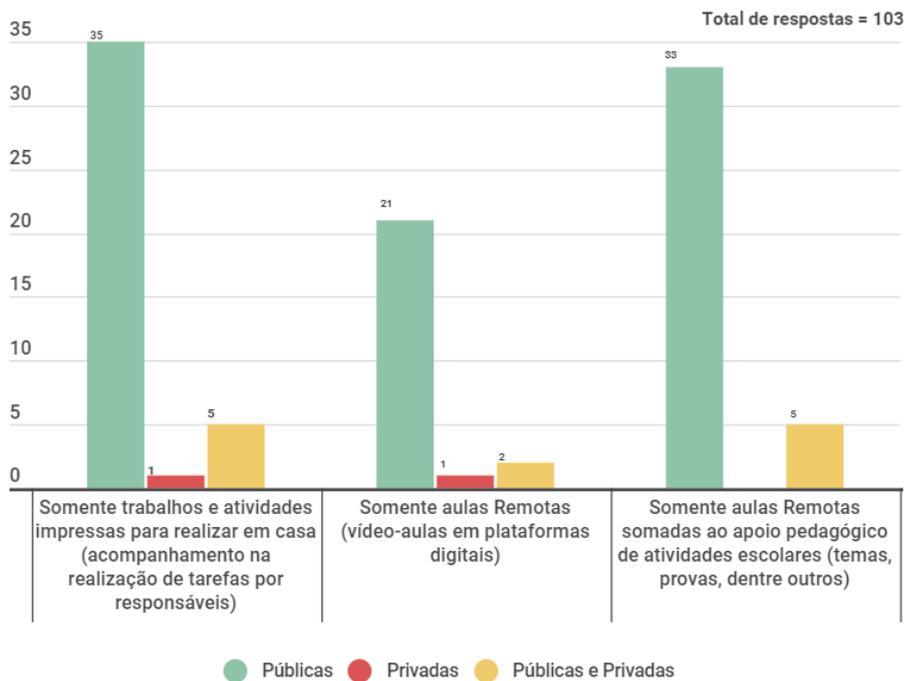
trabalhos e atividades impressas’, ‘somente aulas remotas’ e ‘somente aulas remotas somadas aos suportes didáticos como provas, trabalhos, textos, dentre outros’ (Figura 11).

**Figura 10 - Modalidade de Ensino escolhidos em 2020 entre Remoto, Híbrido e Presencial adotadas pelas escolas a partir da visão dos participantes dos Cargos Administrativos**



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 11 - Práticas Didático Pedagógicas adotadas pelas Professoras e Escolas durante o ano de 2020 a partir da percepção do corpo docente**



Fonte: Autoria própria, 2022.

É importante analisar que a tecnologia se mostrou como uma importante aliada no prosseguimento das atividades escolares e nos meios de comunicação; muitos dos participantes utilizaram o Google Meet, Zoom's e ainda, chamadas de Whatsapp, como ferramentas para dar prosseguimento às aulas síncronas; muitos também alegaram a gravação destas vídeo-aulas postadas e enviadas em grupos como Whatsapp e pastas no Google Drive, criadas nas plataformas digitais. O Google Forms também foi bastante utilizado para realização de trabalhos e provas e, ainda, o Whatsapp e o Messenger do Facebook surgiram como espaços de trocas de áudios, fotos e vídeos retirando dúvidas sobre os conteúdos passados aos alunos e também o retorno das atividades desenvolvidas por mensagens. As atividades enviadas e impressas obtinham um conteúdo explicativo dos conteúdos trabalhados, além de questões pertinentes a fixação do conteúdo, mantendo o suporte digital aos que possuíam acesso.

Como pode-se acompanhar na Figura 11, nas escolas Públicas majoritariamente observa-se que, no ano de 2020 as atividades Remotas com maiores percentuais são aquelas relativas aos trabalhos e atividades impressas para realizar em casa, o que se torna um diferencial quando comparado as escolas Mistas, onde há um equilíbrio entre atividades Impressas somadas as aulas Remotas. Nas escolas Privadas se destaca um elemento que não aparece em nenhuma das duas modalidades escolares: a adição de se ter vídeo-aulas em plataformas digitais além do recurso didático de atividades, temas e trabalhos.

#### **4.2 - INÍCIO DAS ATIVIDADES LETIVAS**

Nas escolas públicas, as atividades letivas Remotas iniciaram em 2020 majoritariamente no mês de março (44,32%) e abril (26,14%); houveram outros percentuais menores podendo ser vistos no Anexo 15. Nas escolas Privadas 100% das escolas iniciaram suas atividades em abril (Anexo 16).

#### **4.3 - MOTIVAÇÕES DOCENTES PARA AS MODALIDADES ADOTADAS NO ENSINO**

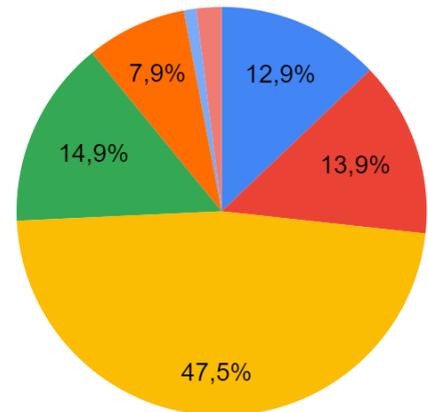
As docentes ao serem questionadas sobre as motivações em relação às modalidades de ensino adotadas durante o contexto pandêmico destacam a obrigatoriedade do formato por parte das orientações provenientes de setores público-governamentais que administram o

modelo educacional (47,5%); em segunda colocação a modalidade adotada pelas profissionais da educação foi decorrente das decisões por parte de estudantes e responsáveis (14,9%) (Figura 12).

**Figura 12 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Público.**

#### Motivações dos procedimentos escolares escolhidos - Ensino Público

- Obrigatoriedade do formato por parte da direção escolar
- Fruto de diálogo coletivo da instituição com os funcionários
- Obrigatoriedade do formato por parte das políticas públicas que administram o modelo educacional
- Opção dos estudantes e responsáveis
- Opção do Professor
- Devido a comunidade escolar de baixa renda
- Limitação de acesso dos estudantes



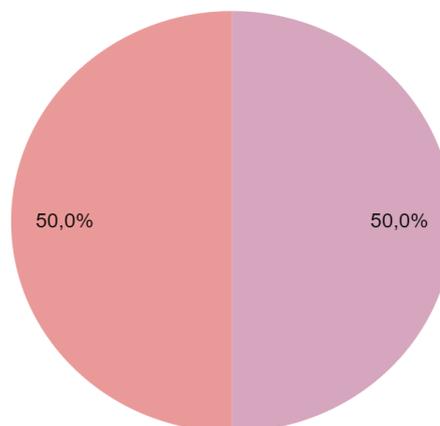
Fonte: Autoria própria, 2022.

No cenário abordado nas escolas privadas as motivações do modelo escolar a serem aplicadas tiveram maior ênfase no diálogo da instituição tanto internamente com as funcionárias (50%) quanto externamente, resolvendo com a comunidade escolar os melhores passos a serem seguidos (50%) (Figura 13).

**Figura 13 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Privado.**

#### Motivações do Ensino Privado

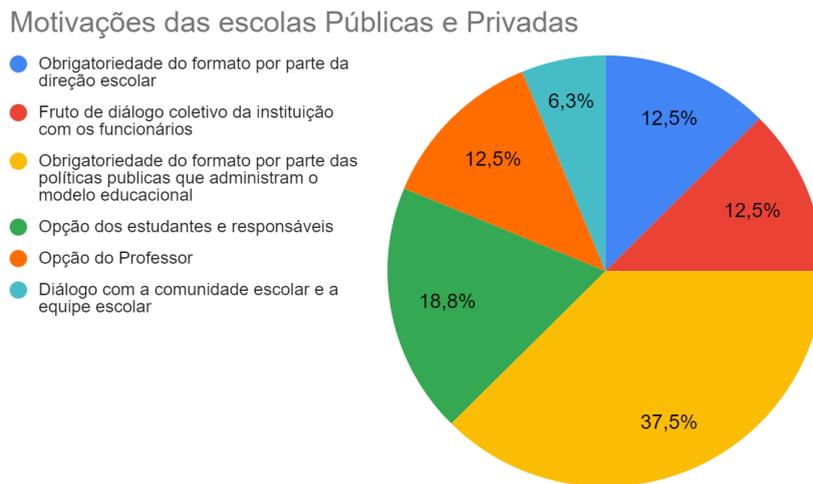
- Fruto de diálogo coletivo da instituição com os funcionários
- Opção dos estudantes e responsáveis



Fonte: Autoria própria, 2022.

Na modalidade Mista obtivemos os maiores percentuais relativos à obrigatoriedade do formato por parte das políticas públicas que administram o modelo educacional (37,5%) e em segunda posição pela opção dos estudantes e responsáveis(18,8%) (Figura 14).

**Figura 14 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Público e Privado.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

#### 4.4 - MOTIVAÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA AS MODALIDADES ADOTADAS NO ENSINO

Profissionais da educação que atuam em cargos administrativos e/ou de gestão escolar apontaram algumas motivações para a volta do retorno letivo, seja em modalidades presenciais, híbridas ou remotas, dentre as quais se destacam:

a) recebeu pressão governamental ou das mantenedoras para volta as aulas – nas redes Privadas as informantes relataram em sua totalidade que não sofreram pressões, na rede Pública 88,9% das participantes informaram que não receberam pressão e 11,1% alegaram ter tido pressões externas; entre a categoria de profissionais que atuam em mais de uma rede de ensino 66,7% responderam que não sofreram pressões, em detrimento de 33,3% que apontaram terem sentido algum tipo de pressão para o retorno de uma ou mais modalidades de ensino.

b) no ano de 2020, a sua escola recebeu pressão da comunidade escolar para volta as aulas: 26,4% das docentes que trabalham em escolas Públicas sentiram a pressão da

comunidade escolar, 73,6% não tiveram esta percepção; na rede Privada 50% de respostas correspondem a algum tipo de pressão e 50% afirmaram não terem se sentido pressionado. Quanto àquelas profissionais das redes Mistas 66,7% responderam não terem sido pressionados e 33,3% que sim.

Ao todo das 40 participantes, que atuam na Administração Escolar, a maioria informou não ter sido pressionada para o retorno das atividades letivas. As decisões dos modelos educacionais a serem seguidos vieram majoritariamente das mantenedoras (55%), do governo (42,5%) e da direção escolar (17,5%).

#### **4.5 - CONSULTA GOVERNAMENTAL POR PARTE DO ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS**

Uma das questões apontadas no questionário diz respeito à existência ou não, de consultorias/assessorias governamentais para os profissionais da educação durante o período da pandemia em relação ao retorno das atividades letivas. O setor administrativo das escolas Privadas respondeu que nunca participou de nenhum espaço de consultoria; já no setor Público 56,8% não foi consultado e nas redes Mistas, públicas e privadas, 100% respondeu também que não houve consultas para tratar deste aspecto.

Em outras palavras, as decisões provenientes do setor governamental que orientou os modelos educacionais e os protocolos e obrigatoriedades a serem seguidos não estabeleceu consultas com as profissionais que atuam na área da educação. Nessa esteira, para 81,8% das participantes teria sido benéfico para as questões de ordem didático-pedagógicas se tivessem sido abertos espaços para participações de consultoria profissionais.

#### **4.6 - NÍVEIS DE EVASÃO ESCOLAR**

De acordo com as percepções sobre a evasão escolar, para 77,5% das profissionais que atuam no setor Administrativo elas ocorreram nesse período; apenas 22,5% dos entrevistados colocaram que as escolas não sofreram com a evasão escolar.

Em relação aos sistemas de ensino que participaram desta pesquisa 80,6% dos casos dizem respeito à escola Pública em detrimento de 19,4%. As docentes que atuam em escolas públicas e privadas (66,7%) informaram que perceberam níveis de evasão escolar no período. Por fim, nas escolas privadas esse fenômeno não foi identificado.

O relato de docentes (106 participantes) sobre este ponto indica os seguintes percentuais: 57,9% alegaram sentir um aumento na evasão escolar, sendo considerado em nível relevante (23,4%) de estudantes evasivos. Dentre este parâmetro geral, nas escolas públicas obtivemos um total de 91 respostas, das quais 59,3% colocaram que sim, houve evasão escolar, 27,5% colocaram que não e 13,2% não souberam informar. Em relação às escolas privadas obtivemos 2 respostas: 1 indicou que não houve evasão escolar e outra não soube informar. Quanto à categoria mista obtivemos 13 respostas, das quais 53,8% colocaram que houve evasão escolar, 23,1% marcaram que não houve evasão escolar e 23,1% não souberam informar.

Profissionais da educação que atuam no setor administrativo perceberam aumento nos índices de evasão escolar principalmente no Ensino Fundamental (43,90% de evasão escolar), seguido pelo Ensino Médio (31,71%) e, por fim, pela Educação Infantil (17,07% de evasão). O EJA (Ensino de Jovens e Adultos) teve o percentual de 7,32% de evasão no período analisado.

#### **4.7 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CONDIÇÕES TRABALHISTAS E DIFICULDADES DAS PROFESSORAS EM 2020**

Conforme vimos acima, durante a pandemia no ano de 2020, as principais maneiras de retorno as atividades letivas se deram por meio de vias de trabalhos impressos ou vias remotas com aulas síncronas e assíncronas, somadas a materiais didáticos. Para isto é necessário um determinado conhecimento em questões tecnológicas, principalmente aquelas referentes às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Foi perguntado para as docentes seus conhecimentos básicos de uso das TIC'S, se obtiveram algum curso de formação de como conciliar os procedimentos didáticos pedagógicos online e ainda, suas condições de trabalho para compor suas atividades.

A maioria dos professores e professoras já possuíam conhecimento sobre as TICS (72,9%) antes da pandemia; após o início das atividades remotas 17,8% conheceram esses recursos. Das profissionais que participaram de cursos sobre utilização de ferramentas das TICS obtivemos um alto índice de formações a nível municipal (53,3%); por conseguinte, a formação autodidata foi apontada por 43,9% das docentes; 18,7% das entrevistadas mencionaram que essa formação ocorreu pela disponibilidade de cursos formativos ofertados

pela própria escola e, por fim, 18,7% também mencionaram que essa formação foi disponibilizada pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Na rede Privada 50% dos informantes relataram que auto-didatismo foi responsável pela formação em TICS e 50% dessa formação se deu com base em cursos disponibilizados pelas esferas da União.

No geral, as professoras apontaram (47,6%) que os cursos preparatórios disponibilizados ao longo do período pandêmico não eram suficientes para o exercício do modelo escolar remoto; para 40% do universo de pesquisa investigado esses cursos eram satisfatórios e 14,3% das entrevistas se demonstraram indiferentes.

Em relação às dificuldades enfrentadas em 2020 para dar prosseguimento as atividades didático-pedagógicas o corpo docente da rede Privada destaca os seguintes obstáculos: baixa adesão dos estudantes em relação as atividades, baixa efetividade nas dinâmicas didático-pedagógicas usadas durante o ensino remoto e dificuldade em escolher os recursos corretos para administrar a aula.

No ensino público as maiores dificuldades encontradas foram: baixa adesão dos estudantes em relação as atividades, a comunidade escolar não teve acesso adequado as tecnologias (internet, computador, tablet), falta de conhecimento das plataformas digitais (TICS) e falta de internet de qualidade para trabalhar.

#### **4.8 - DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

As dificuldades apontadas pelas informantes em relação ao processo de aprendizagem de discentes durante o ensino remoto foram apontadas tanto pelas profissionais que atuam na rede privada de ensino quanto na rede pública.

Docentes que atuam na rede Privada destacaram os seguintes pontos em relação aos estudantes, tendo como base suas vivências nesse contexto: dificuldade de manter o interesse e a concentração em sala de aula, não possuir aparelhos adequados para assistir e participar

das aulas, não obter o retorno esperado das atividades propostas, além da não participação assídua nas aulas remotas.

Já em relação às escolas Públicas, as informantes destacaram que as principais dificuldades dos discentes foram: a baixa escolaridade das famílias influenciou na dificuldade dos responsáveis acompanharem a resolução das atividades propostas pelos seus filhos/filhas, além da baixa adesão no retorno das atividades escolares.

#### **4.9 - MEDIDAS SANITÁRIAS ESCOLARES**

Outra questão indagada as gestoras e docentes foi a forma pela qual a escola se preparou para atender as medidas sanitárias contra a covid-19, incluindo verbas, materiais de higiene e limpeza.

Na rede Pública 51,7% das docentes não souberam informar se a instituição recebeu verbas específicas para a prevenção contra a covid-19, 37,1 % relataram que a escola recebeu este tipo de recursos e 11,2% responderam que não. Entre aquelas docentes que responderam que as escolas na qual exerciam a docência receberam recursos, estas verbas vieram majoritariamente de projetos políticos e de recursos próprios da escola. Destes projetos, 60% das verbas vieram de instâncias municipais, 30% de federais e 10% da estadual.

Nas escolas Privadas 100% das participantes não sabiam informar se haviam verbas destinadas apenas para o combate a covid-19.

Na categoria de docentes que atuam nas duas redes de ensino 69,2% não sabiam informar se haviam recursos, 23,1% responderam que sim e 7,7% responderam que não. Majoritariamente as verbas tiveram origem em recursos próprios e projetos. Destes projetos, 60% são de verbas estaduais e 40% de verbas municipais.

##### **4.9.1 - MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE**

Ao serem indagados sobre as medidas de prevenção e controle sanitários, todas as docentes que participaram dessa pesquisa alegaram estarem tomando medidas protetivas contra a COVID-19.

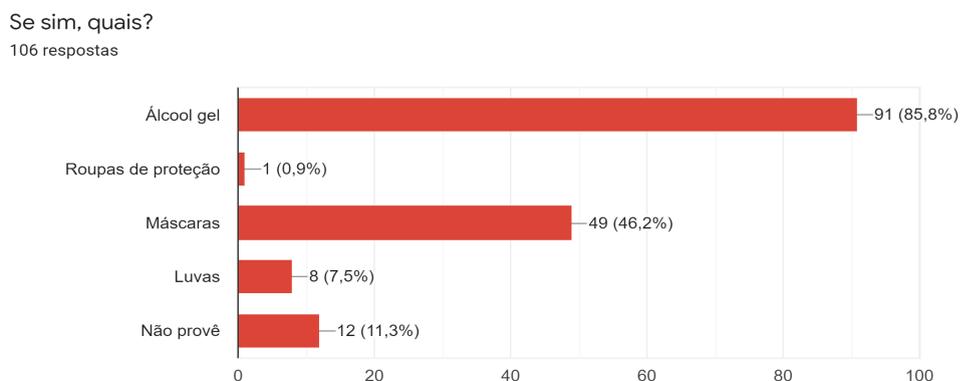
Foi questionado se a escola provê materiais de limpeza e higiene durante o horário de trabalho; do total de respondentes duas respostas foram anuladas por imprecisão, gerando assim 102 respostas válidas.

As docentes que atuam nas escolas Públicas destacaram os seguintes equipamentos de proteção individual (EPI's) disponibilizados pelas instituições onde desempenham suas atividades laborativas: álcool em gel (38,7%), máscaras (30,1%), luvas (16,1%), dentre outros materiais com percentuais menores (Anexo 6).

Aquelas que atuam na rede Privada, 50% alegaram receber máscaras e álcool em gel e 50% informaram que a escola não provê materiais, acarretando as profissionais utilizarem seus próprios materiais durante o horário de trabalho.

Já as profissionais da educação que atuam nas duas redes de ensino apontaram os seguintes EPI's: 45,8% informaram a disponibilidade de álcool em gel e máscara respectivamente e 8,3% mencionaram que foram disponibilizadas roupas de proteção para os educadores.

**Figura 15 - Materiais disponibilizados aos docentes durante o horário de trabalho**



Fonte: Autoria própria, 2022.

#### 4.10 - EM RELAÇÃO A MATERIAIS E INFRAESTRUTURA AOS ESTUDANTES

Em relação aos materiais e infraestrutura disponibilizadas pelas escolas para os estudantes, as respostas indicam que a rede Privada provê o material de uso no período escolar (50%). Os demais 50% informaram que a escola não disponibilizava esses recursos para os seus discentes. Na rede Pública 85,6% das entrevistadas relataram que a escola provê os materiais para os estudantes e 14,4% marcaram que não provê. Entre as docentes que atuam nas duas redes 69,2% disseram que a instituição de ensino disponibiliza para seus alunos esses materiais, enquanto 30,8% não são disponibilizados pela escola para os estudantes. A maioria dos materiais disponibilizados são álcool em gel, máscaras e luvas.

Quanto aos recursos tecnológicos durante o ensino remoto a maioria das escolas públicas não disponibilizou materiais eletrônicos ou internet para os estudantes (85,6%), 14,4% das escolas provê algum tipo de material. Nas escolas privadas esse suporte não ocorreu e, de acordo com as docentes que trabalham nas duas redes de ensino, 76,5% indicaram que a escola não disponibilizou esse tipo de suporte para seus alunos, em detrimento de 23,5% que respondeu que sim.

## **5 - DIFERENÇAS DOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS EM 2021**

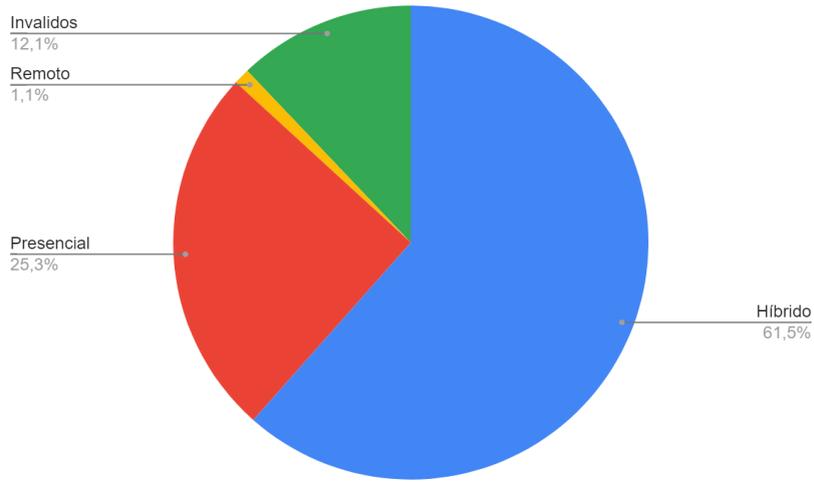
### 5.1 - MODALIDADES DE ENSINO

O ano de 2021 trouxe novas mudanças no sistema de ensino adotado pelas escolas. Com a promulgação de novos decretos e normativas<sup>3</sup>, gradativamente as instituições escolares foram incorporando o ensino híbrido. Na rede pública a modalidade híbrida foi mencionada por 61,5% das professoras, o que inclui tanto o modo remoto como o presencial (Figura 16). Na rede privada 50% mencionaram o modelo presencial e 50% o modelo híbrido (Figura 17). Por fim, na categoria de docentes que atuam nas duas redes de ensino o ensino híbrido foi mencionado como a modalidade mais frequente (Figura 18).

---

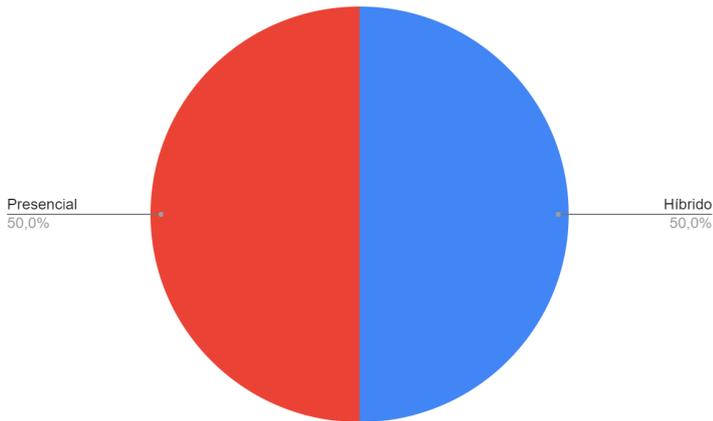
<sup>3</sup>RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto Nº 55.771, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021**. O Decreto estabelecido determinado pelo agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), determina as medidas sanitárias e especificidades dos trabalhos públicos exercidos regidos pelo Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020. Neste documento se encontra a destinação do trabalho docente entre remoto, híbrido e presencial. Diário Oficial Nº 42 - 3ª edição. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//doe-2021-02-26.pdf>> Acesso em: 29/12/2021.

**Figura 16 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Público.**



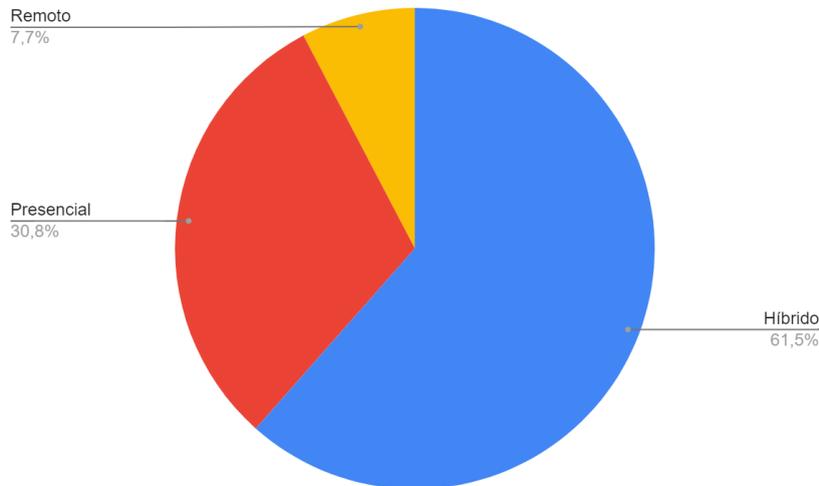
**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Figura 17 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Privado.**



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Figura 18 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Misto.**



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

## **5.2 - CARGA HORÁRIA E TRABALHO DOCENTE**

O público pesquisado quando indagado sobre as condições de trabalho ao longo do ano de 2021 apresentou as seguintes manifestações: a maioria dos profissionais das escolas públicas (92,31%) tem frequentado as escolas todos os dias; uma parte das entrevistadas informou que vai à escola ao menos três vezes na semana (2,20%) (Anexo 7.1).

Na rede de ensino privada toda a carga horária docente foi presencial e na categoria Pública/Privada os maiores índices foram os de presencialidade diária (Anexo 7.2).

## **5.3 - PRÁTICAS DIDÁTICO PEDAGÓGICAS DO ENSINO HÍBRIDO**

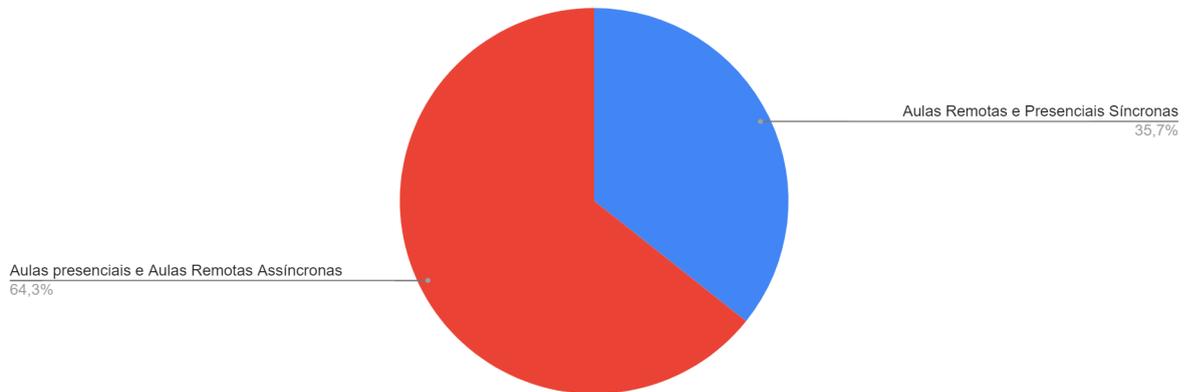
Com a implementação do ensino híbrido a partir do mês de maio de 2021, no Estado do Rio Grande do Sul, também se perguntou para as docentes questões relacionadas às práticas didático-pedagógicas incorporadas neste modelo, assim como as características da dinâmica escolar no período mencionado.

Professoras que exercem suas funções laborais nas duas redes de ensino apresentaram as seguintes respostas: em 64,3% dos casos as aulas presenciais foram intercaladas com aulas as aulas remotas assíncronas e em 35,7% das situações as aulas foram síncronas, com parte

dos estudantes em sala de aula e a outra parte dos discentes na modalidade remota (Figura 19).

**Figura 19 - Práticas Didático-Pedagógicas em 2021 referente as Escolas Públicas e Privadas.**

Públicas e Privadas



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

Na rede pública foram observados os maiores percentuais de aulas presenciais conjugadas com aulas remotas assíncronas (65,8%); em segundo lugar aparecem as aulas remotas e presenciais síncronas (28,05%) (Figura 20).

Na rede privada apareceram as duas possibilidades, com 50% de casos para cada uma delas.

#### **5.4 - CONDIÇÕES ESTUDANTIS PARA O ACOMPANHAMENTO DAS AULAS REMOTAS.**

Nas escolas Públicas a maioria dos estudantes acompanharam as aulas pelo celular 42,4%, para outros como materiais impressos obtém-se 33,9%, em terceiro obtivemos notebooks com 15,8% e os discentes que não acompanham as aulas ficam em 3,4%. (Anexo 8).

Em relação às escolas Privadas apareceram igualmente os níveis de materiais impressos e entregues, tablets, celulares, notebooks, computadores e a categoria de ‘não sei informar’;

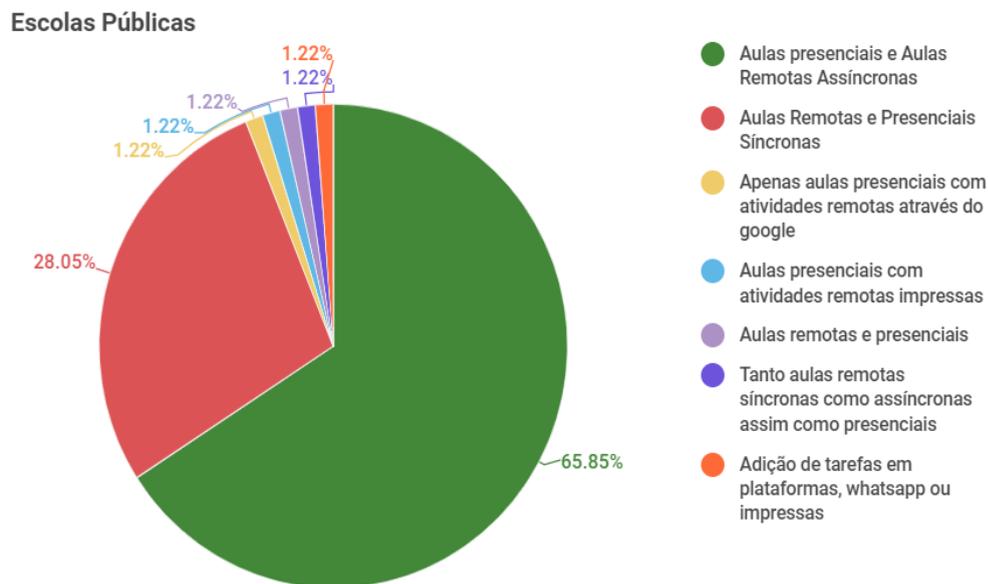
Também foi perguntado as professoras como as mesmas estão avaliando o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes durante o período da pandemia.

Professoras de escolas Públicas mencionaram esse processo de aprendizagem como razoável (48,9%), enquanto para 35,2% das docentes este desempenho foi baixo (Anexo 17.1).

Já os relatos de trabalhadoras da educação que atuam nas redes pública e privada concomitantemente sobre o desempenho acadêmico dos estudantes foram no sentido de desempenhos baixos por 46,2% das docentes e 38,5% manifestaram que esse desempenho razoável (Anexo 17.2).

Já em relação à rede de ensino privada 50% das participantes considerou o desempenho dos alunos como muito Baixo e 50% como baixo (Anexo 17.3).

**Figura 20 - Práticas Didático-Pedagógicas em 2021 referente as Escolas Públicas.**



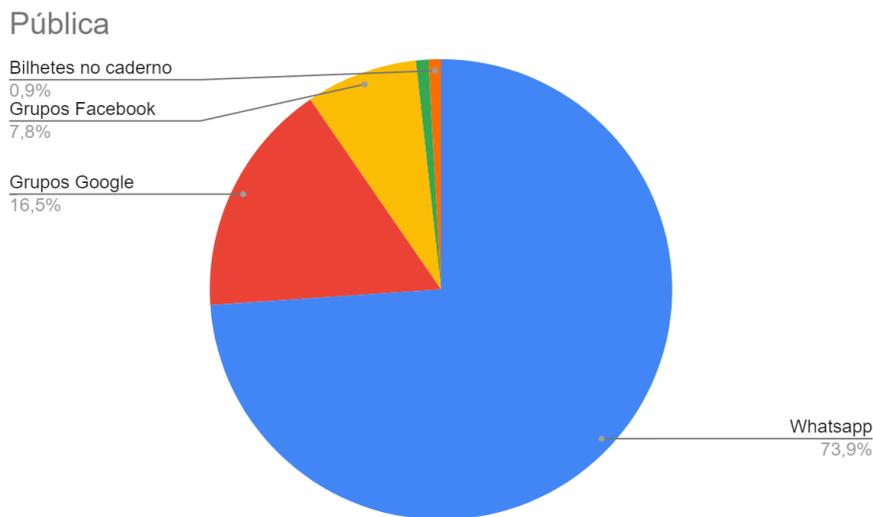
Fonte: Autoria própria, 2022.

## 5.5 - REDES DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO REMOTAS

Somente na escola Pública obtivemos respostas de que o professor ou professora não mantém redes de comunicação e informação com os responsáveis e alunos online; a motivação se dá principalmente pela transição das aulas Remotas para Presenciais; além deste

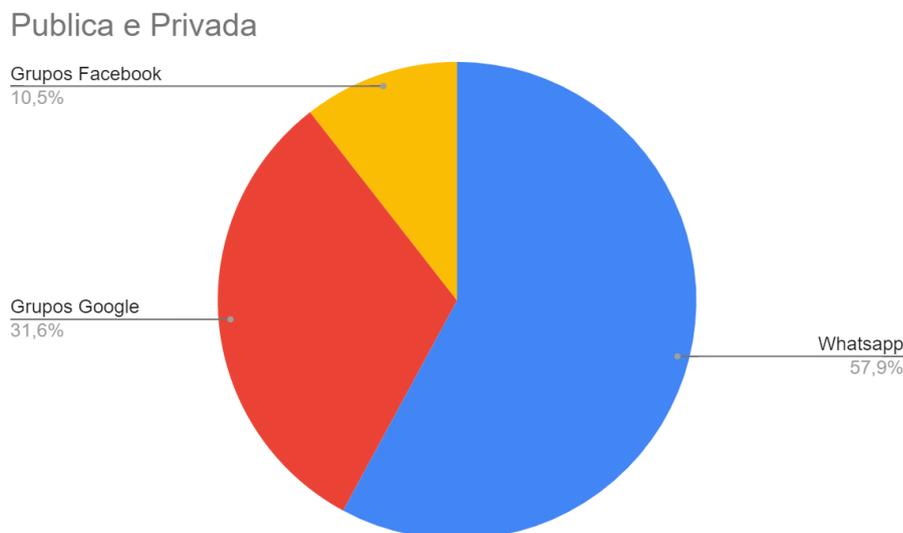
fator foram apontados dois outros elementos: utilização de vídeo-aulas e disponibilização de materiais impressos para aqueles estudantes que não participam das aulas presenciais. Também foram mencionados grupos pelo Whatsapp e Grupos google como recursos para estabelecer a comunicação com a comunidade escolar (Figura 21). Estas ferramentas foram utilizadas pelas docentes das duas redes de ensino (Figura 22).

**Figura 21 -Redes de Comunicação e Informação Remotas mantidas com os docentes e a comunidade escolar em 2021.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 22 - Redes de Comunicação e Informação Remotas mantidas com os docentes e a comunidade escolar em 2021 das Escolas Públicas e Privadas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

## 5.6 - DAS PERSPECTIVAS TRABALHISTAS DE ATENDIMENTO ONLINE

Na rede de ensino público, 49,5% das participantes atendem estudantes e responsáveis dentro e fora de seus horários de trabalho (Figura 23), tendo como índices majoritários o atendimento realizado nos turnos de trabalho da manhã, tarde e noite (65,22%), assim como em horários de intervalo como, por exemplo, almoço, café da tarde, jantar, entre outros (Figura 24). Em relação ao tempo destinado para atendimento discente foram mencionados em primeiro lugar 5 dias na semana e, em segundo, 7 dias na semana (Anexo 10).

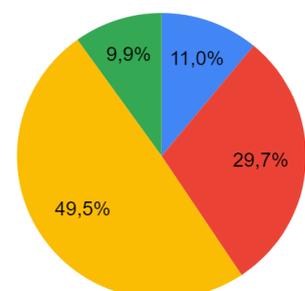
As professoras que exercem suas atividades na rede pública e privada concomitantemente, a maioria declarou prestar atendimento aos estudantes dentro e fora do horário de trabalho (Figura 25), ocupando intervalos e turnos de aula. Informaram também que prestam atendimento aos discentes ao longo de toda a semana, inclusive finais de semana e feriados; em segundo lugar, aparece o grupo que presta este tipo de atendimento ao longo de cinco dias na semana (Anexo 11).

Nas escolas privadas 50% das participantes indicaram prestar atendimento tanto dentro do horário de trabalho como fora; os outros 50% indicaram apenas atender ao período da noite depois do horário convencional. Entre este grupo mencionaram 5 dias na semana (50%) e 7 dias na semana (50%).

**Figura 23 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online nas escolas Públicas.**

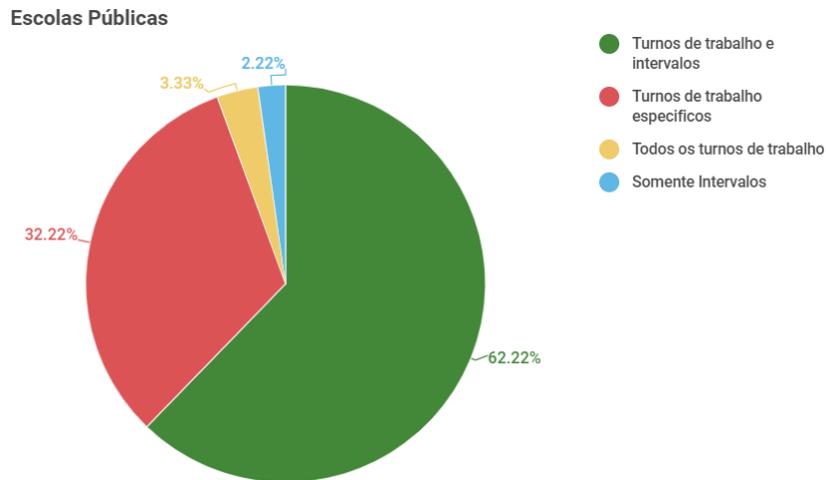
### Público

- Dentro do horário de trabalho
- Dentro do horário de trabalho, Tento não responder depois do horário do trabalho, porém não nego a assistência
- Dentro e fora do horario de trabalho
- Fora do horario de trabalho



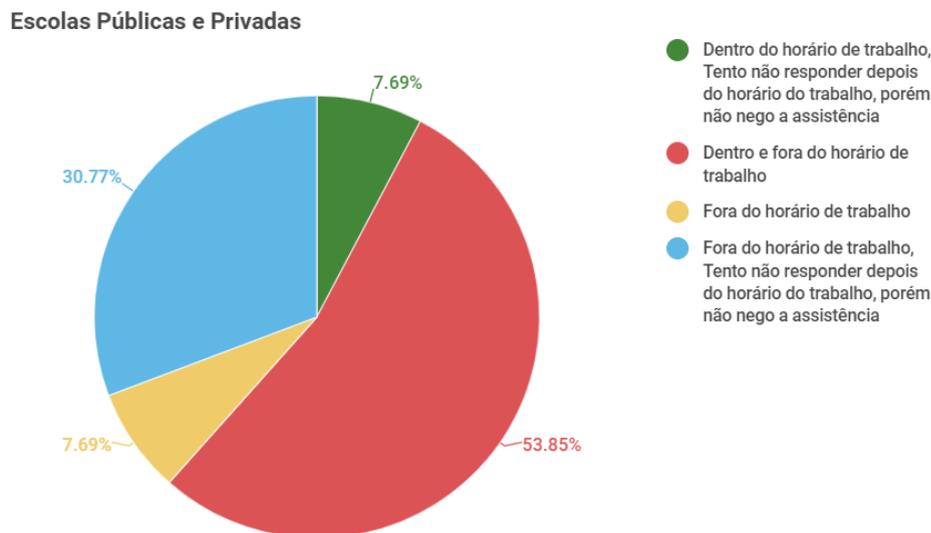
**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Figura 24 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online de acordo com os Turnos de Trabalho dos docentes das escolas Públicas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 25 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online nas escolas Públicas e Privadas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

## 5.7 - CONTEÚDO DOS ATENDIMENTOS ONLINE

Quando indagados sobre as questões e/ou conteúdos abordados durante os atendimentos online e/ou pelos grupos de whatsapp, facebook, etc., entre as profissionais que

atuam nas escolas Públicas 28,82% mencionaram dificuldades dos estudantes compreenderem o que a atividade pede; 27,06% informaram dificuldades discentes em realizar as tarefas solicitadas e, por fim, dúvidas dos responsáveis referente a atividade passada aos estudantes (17,65%) (Anexo 12)<sup>4</sup>.

Entre aquelas professoras que atuam nas duas redes de ensino foram destacadas pelas entrevistadas dificuldades em realizar as atividades (28,6%), dúvidas gerais dos responsáveis em relação ao andamento da escola (10,7%), dúvidas dos responsáveis em relação a atividade (10,7%), dentre outros (Anexo 13).

Nas escolas privadas 66,67% das motivações do contato online ocorreu devido as dificuldades em compreender o que a atividade pede, seguidas de dúvidas gerais dos responsáveis sobre o andamento da disciplina (33,33%) (Anexo 14).

## **6 - ANÁLISE DE CONJUNTURA POLÍTICA-GOVERNAMENTAL DAS INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS PRINCIPALMENTE EM 2020 E 2021**

‘Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, [...] Seu futuro já está aí’  
MEC, Propaganda do ENEM 2020.

Há uma série de elementos que são parâmetros determinantes na análise de desigualdades sociais. Aqui, visamos compreender como estes elementos dentro da Educação se tornam um reflexo da falta ou possibilidades de acessos, sejam eles de caráter de capitais materiais, culturais ou simbólicos, classificando principalmente elementos ligados a classes sociais e as relações sócio-econômicas as quais estas comunidades de Escolas Públicas,

---

<sup>4</sup> As informações presentes no gráfico indicam as condições sócio-econômicas de muitas famílias de estudantes em relação às condições de acesso às tecnologias (computador, notebook, tablets) e a uma rede de internet estável durante o período investigado. Conforme dados divulgados pelo IBGE ‘[...]A comparação entre os anos 2019 e 2020 das ocupações por nível de instrução revelou como os efeitos deletérios da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho afetaram relativamente mais os grupos populacionais mais vulneráveis e com menor escolaridade. Os contingentes de mulheres (-10,9%) e de pretos ou pardos (-10,5%) sofreram as maiores reduções nas ocupações, acima da média geral, considerando todos os níveis de instrução (-8,7%)[...]. Houve também forte queda de pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (-19,0%) e com ensino fundamental completo ou médio incompleto (-16,9%), enquanto os demais níveis de escolaridade seguintes tiveram reduções menores ou estabilidade [...]’ (IBGE, Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. **Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da População Brasileira 2021**. Rio de Janeiro, 2021, Pp 25-26. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>> Acesso em: 22/01/2022.)

Privadas e Mistas se inserem na sociedade. O campo da educação é um reflexo direto destas relações, se inserindo em uma sociedade capitalista onde a lógica predominante, é a mercadológica.

Vive-se um período de neoliberalismo sendo o cargo chefe das dinâmicas político-econômicas, onde serviços públicos são precários, enxotados e ao final, vendidos às partes interessadas. A educação é apenas um recorte de uma instituição social pertencente a esta dinâmica, aqui sendo analisada como tal.

Por lei, apenas desde 2016, é obrigatória a presença de crianças, jovens e adolescentes dos 4 aos 17 anos estarem na escola. No período de pandemia, além das mudanças na produtividade (em parte) no sistema capitalista, houve um aprofundamento das desigualdades sociais já existentes, não podendo faltar as consequências destas opressões no campo de Gênero, Raça-Etnia e Classe. Em 2020, o primeiro protocolo a ser recomendado pelas instituições de saúde era a quarentena, algumas empresas e setores públicos vincularam a continuidade de seus trabalhos via *home office* e, outras, permaneceram na presencialidade. Neste processo também, se expressa um demonstrativo de desigualdades sociais no campo do trabalho, ao passo que a pandemia e o COVID-19 estão para todos os setores sociais, sejam ricos, pobres, de etnias e gêneros diferentes, mas a possibilidade de se resguardar e não se expor a risco não. O cenário se inicia assim e se perpetua até 2021, mesmo com os avanços da vacinação e os índices de óbitos diminuindo substancialmente.

No estudo, as seleções dos campos aos quais se expressam as desigualdades sociais e que são pertencentes à educação, os mesmos se expressaram nas diferenças das práticas didático pedagógicas como escolha das modalidades de ensino entre remoto, híbrido ou presencial, ajustando as realidades sócio-econômicas de acordo com as possibilidades de acessos e exigências de um serviço.

O formato como está se dando o prosseguimento das atividades letivas entre 2020 e 2021, assim como tantos outros elementos (apresentados através dos dados reunidos ao longo desta pesquisa) são reflexo das desigualdades sociais vigentes na sociedade. Há um universo

de análises e possibilidades interpretativas destes dados, tendo como base o enriquecimento teórico para com as análises das práticas sociais.

O acesso à tecnologia e internet se tornaram pontos chave de comunicação entre a comunidade escolar e a escola, sendo também classificados como uma via essencial para a continuidade das atividades letivas. Nas escolas públicas no ano de 2020 no Rio Grande do Sul os maiores índices se encontram na continuidade letiva via materiais impressos sem vídeo-aulas, sendo justificados pela realidade de pertencimento socioeconômico das escolas em questão. No estudo identificamos que as escolas privadas obtiveram performances diferentes tendo de início das atividades letivas vídeo aulas somadas aos recursos didáticos de fixação de conteúdo. A partir do momento que determinadas classes sociais têm acesso e outras não, se tem um problema estrutural de desigualdades sociais.

[...] nas classes econômicas A e B a presença da internet beirava os 100% em 2019, nas classes D e E, o acesso caía para 50%. Em relação à posse de equipamentos, as desigualdades também eram grandes: enquanto nas classes A e B a posse de computador era um item frequente (95 e 85%, respectivamente), nas classes D e E, a presença do computador caía para 14% (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2019; Parreiras e Macedo, 2020a).

Gostaria de articular, conforme Paludo<sup>5</sup> e Macedo<sup>6</sup> que estas dinâmicas familiares de possibilidades financeiras sendo projetadas nos setores educacionais entram como um capital cultural, sendo expresso por três categorias conforme Bourdieu e Passeron (2008).

O capital cultural objetivado, que é a expressão material que influencia nas cargas de ensino e aprendizagem que aquele aluno recebe, como, por exemplo, livros e outras referenciais clássicas e modernas de cultura, geralmente aliadas com escrita, música, esculturas, acessos amplos e gerais que acarretem conhecimentos amplos. Conforme os

---

<sup>5</sup> Paludo, Elias. **Os desafios da docência em tempos de pandemia**. Revista Em Tese, Florianópolis, v.17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p44>> . Acesso em: 16/12/21.

<sup>6</sup> Macedo, Renata. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública**. Revista Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/>> . Acesso em: 16/12/21.

avanços tecnológicos, o computador e a internet têm sido grandes aliados para os estudantes, adentrando também, neste campo, o capital cultural objetivado vem no sentido de, conforme Rocha, Favero e Souza (2021), serem objetos que possam ser transferíveis.

Pensando em aspectos subjetivos, há o capital cultural incorporado, sendo ele os saberes cristalizados no sujeito, sendo intransferível. A junção de ambos se concretiza, materialmente, nos diplomas e avanços escolares dando resultados no desempenho acadêmico desenvolvido.

Estes aspectos vêm sendo considerados como Direitos Humanos e postos na Constituição Brasileira de 1988, Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Não há a possibilidade de um estudante estar vivenciando realidades de violência cotidianas, sejam elas nos campos materiais ou simbólicos e não ser prejudicado pelas mesmas, assim como compartilhar deste *status* com seus familiares, o local onde mora, dentre outros. O estudo perpassa até mesmo pela estrutura física de um ambiente adequado a aquele estudante, a possibilidade de ter uma rotina ao qual se dedica aos estudos, alimentação, auxílio dos responsáveis. Conforme a Revista Gênero e Número (2020) o trabalho na categoria de cuidados destinados às mulheres de diversas idades aumentou significativamente na pandemia; além deste aspecto observa-se também que há uma regularidade no contexto brasileiro, em grupos de baixa renda, de crianças mais velhas exercerem cuidados tanto de pessoas quanto trabalhos domésticos devido a cargas horárias de trabalho extensas dos responsáveis<sup>7</sup> que são necessários para a reprodução da vida, o trabalho improdutivo (GOIS, 2015).

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Lola; LEÃO, Natália; FERRARI, Marília. **Metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém durante a pandemia.** Gênero e Número, 30 DE JULHO DE 2020. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/metade-mulheres-passou-cuidar-pandemia/>> Acesso em: 16/12/21.

MORENO, Tica. **Cuidado e sustentabilidade da vida: mulheres que não podem parar.** Gênero e Número e SOF. Disponível em: <<https://mulheresnapandemia.sof.org.br/cuidado-e-sustentabilidade-da-vida/>> Acesso em: 16/12/21.

Conforme Bourdieu, existem diversas subcamadas que formam a consequência de uma sociedade capitalista a qual se pauta nas relações de poder, desigualdades sociais e privilégios que exigem que alguns grupos sociais se sobreponham a outros, criando também, uma gama de justificativas simbólicas que sustentem pela superestrutura a infraestrutura (MARX, K; ENGELS, F.1845/1846). Como, por exemplo, a ilusão do mérito, da ascensão social por meio da educação destinado a uma parcela ínfima daqueles que estão em condições precárias e também de que a educação, pode ser somente, singularmente uma via de saída a justificativas econômicas estruturais.

Outro elemento relevante nesta pesquisa (Anexo 12) é que 17,65% dos responsáveis pelos alunos que estudam em escolas públicas solicitaram o atendimento das professoras porque não compreendiam as atividades solicitadas, sendo que, na modalidade remota em 2020 as atividades foram destinadas aos estudantes realizarem sob o auxílio dos responsáveis; na rede privada este índice não passou de 10,7% sinalizando a falta de compartilhamento do capital cultural entre estes grupos.

A ONU (Organização das Nações Unidas) já reconheceu que o acesso à internet é um Direito Humano em uma sociedade extremamente globalizada (Bacciotti, 2014). Além disso, no estudo se observou que, mediante aparelhos eletrônicos, a maioria dos discentes das escolas públicas usam apenas celulares para acompanhar as aulas remotas; e, segundo lugar estão aqueles alunos que não possuem nenhum aparelho eletrônico que lhes permita acompanhar estas aulas, tendo disponíveis apenas o recurso das folhas impressas entregues ao professor. Nas escolas privadas o cenário é diferente, obtendo índices de notebooks, tablets, celulares dentre outros.

Ao longo deste período, principalmente no ano de 2020, foram observadas propagandas governamentais, tendo como base o discurso meritocrático, para a realização do ENEM, mesmo diante dos riscos causados pelo COVID-19, com a inexistência de vacinação no país, etc. diante de manifestações e pressões de diferentes setores da sociedade, a prova foi prorrogada em um pequeno prazo e o ENEM ocorreu normalmente, com o discurso de que “E se uma geração de novos profissionais fosse perdida?[...] A vida não pode parar [...] Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda à distância dos

professores’ (Vídeo de Propaganda do MEC sobre as inscrições do ENEM 2020)<sup>8</sup>. Por outro lado, não se observou, por parte do executivo da União, um debate e a elaboração de políticas públicas para este setor, sem mencionar a ausência de diretrizes que levassem em consideração a realidade na qual o país não só se encontrava como ainda se encontra, perpassado por uma crise política, econômica e sanitária.

Com as escolas fechadas e os relatos apresentados pelas docentes que atuam nas escolas públicas do Rio Grande do Sul destacaram-se duas grandes dificuldades: a baixa adesão dos estudantes em relação às atividades e a falta de acesso à internet comparado aos discentes de escolas privadas, nas quais majoritariamente as preocupações referiam-se a adesão estudantil e não a acessos de caráter tecnológico.

Somente com esta breve análise, já se pode ter uma noção das práticas das políticas federais realizadas no país, onde se obteve uma política de continuidade produtiva independente do contexto trabalhista dos docentes e de realidades e perspectivas sociais mergulhadas em desigualdades sociais, políticas e econômicas dos estudantes. Não só na área da educação este comportamento governamental foi adotado, mas sim em todos os setores e escalas produtivas no país. Conforme as participantes docentes, no que tange às ações dos órgãos federais, não houve políticas de empréstimos de aparelhos eletrônicos e de inclusão digital aos estudantes.

Conforme as autoras do artigo ‘(Des)Igualdades no acesso ao Ensino Remoto: Uma análise acerca da aprendizagem nos meios populares durante a pandemia da COVID-19’ publicada no *Multidisciplinary Scientific Journal - Núcleo do Conhecimento*, em 2020, o CNE (Conselho Nacional de Educação) decide por manter as aulas de forma remota justificando que, o ensino remoto significaria uma diversidade e complementaridade de elementos online; porém, não fora levado em consideração indicadores regionais e locais como, por exemplo, no Rio Grande do Sul (recorte do universo desta pesquisa), onde a maioria dos estudantes não possuem acesso à internet, fazendo uso, majoritariamente, de atividades impressas para realizar em casa, afim de concluir o ano letivo.

---

<sup>8</sup> Vídeo de Propaganda do MEC sobre as inscrições do ENEM 2020. Disponível nas plataformas de mídias digitais como o Youtube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIY0> > Acesso em: 22/01/21.

Conforme Mészáros (2009) os sistemas público e privado de ensino possuem objetivos diferentes, pois a educação no sistema capitalista é voltada a produção e reprodução da vida, além de ser tratada como uma mercadoria. Dentro disto, a reflexão vem no sentido de: Como a educação se insere dentro do meio social? Mészáros aponta detalhes profundamente enraizados no modo de produção, que determina a educação como um campo de produção também cultural; o grande objetivo dos capitalistas é a retenção e o reinvestimento de lucros, em cima da mais-valia. A educação entra como um processo também da preparação de jovens para participarem do mercado de trabalho, recebendo discursos referentes a socialização, valores, *habitus* adquiridos. Estes aspectos perpassam desde as instâncias microssociais, permeadas pelas interações cotidianas, até às práticas didático-pedagógicas em nível macrossocial, tendo reflexo na percepção de como determinados tipos de educação auxiliam na perspectiva sistêmica, compreendendo que, existem relações de oprimidos, opressores, leis, normativas sociais que regulam os comportamentos sociais.

As desigualdades sociais entram como um sintoma, para que alguns possam acumular mais riquezas, enquanto outros devem destinar-se a produzi-las. Para fins didáticos, lembremo-nos da obra “[Industrial Workers of the World \(1911\)](#)” publicada no *Jornal Industrial Worker*, onde a base do sistema gira em torno dos trabalhadores gerando riquezas, aproveitadas pelo gozo das elites, mantidas a ordem pelo poderio militar, onde a moral é construída através de outras instituições como a religiosidade e governada por banqueiros, políticos que visam o dinheiro. A obra *Industrial Workers of the World* mostra os princípios básicos estruturais em que a base é mais larga e o topo se torna cada vez mais fino. As desigualdades sociais entram como uma forma sistemática do capitalismo e governantes, empresas, bilionários do mundo tentam com medidas reformatórias, diminuir os impactos sociais deste sistema tão discrepante sem romper as perspectivas estruturais.

A realidade social se apresenta ainda mais dura quando, transpomos a mesma para uma crise sanitária em um país em processo de desenvolvimento dentro da América Latina. Como aponta o IPEA (Instituto de pesquisa econômica Aplicada), desde 2019 se tem uma mudança abrupta no mercado de trabalho formal, deixando “[...] que o comportamento do

emprego formal durante a pandemia foi mais afetado pela diminuição nas contratações que por um aumento nos desligamentos” (IPEA, 2021).

Estes elementos impactam no cotidiano do brasileiro, como cita o Correio Braziliense em 2021, “Os dois setores de maior impacto inflacionário foram os de habitação e transportes, com aumentos nos preços de produtos e serviços administrados pelo governo, como energia elétrica (5,4%), água e esgoto (1,6%), gás de botijão (1,2%), gás encanado (4,6%), gasolina (2,9%), etanol (12,9%) e gás veicular (23,8%)”<sup>9</sup> (Fernandes, Fernanda. **Inflação volta a acelerar em maio e castiga mais pobres**. Correio Braziliense - Economia. Brasília, Distrito Federal, 15/06/2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4931251-inflacao-volta-a-acelerar-em-maio-e-castiga-mais-pobres.html>> Acesso em: 30/12/2021.).

Conforme o Portal do G1 (ALVARENGA, Darlan. **Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países**. Globo - Portal G1 Economia, 22/11/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml>>), em 2019 as taxas de desemprego no país se encontravam em 11,9%, em 2020 se teve um aumento substancial de 14,4% e 2021 13,2%. No Rio Grande do Sul conforme o site oficial do governo<sup>10</sup>, entre 2020 e 2021, houve um aumento nos percentuais de desemprego, sendo respectivamente 8,4% e 9,2%. Conforme o Instituto Humanitas Unisinos (Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/167-noticias/observatorios/604350-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-uma-das-que-mais-perdeu-renda-do-trabalho-na-pandemia>>), no período entre 2015 e 2019 não houveram aumentos nas rendas médias das populações mais pobres do RS, 40%, ao passo que houve ‘um aumento da renda média dos 10% mais ricos’.

<sup>9</sup> Fernandes, Fernanda. **Inflação volta a acelerar em maio e castiga mais pobres**. Correio Braziliense - Economia. Brasília, Distrito Federal, 15/06/2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4931251-inflacao-volta-a-acelerar-em-maio-e-castiga-mais-pobres.html>> Acesso em: 30/12/2021.

<sup>10</sup> RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Taxa de subutilização da força de trabalho chega a 18,8% no RS no primeiro trimestre do ano**. Publicação em 14/07/2021. Relatório do Governo do Estado sobre as relações empregatícias em 2020 e 2021. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-chega-a-18-8-no-rs-no-primeiro-trimestre-do-ano>> Acesso em: 30/12/2021.

Os professores e professoras aumentaram substancialmente suas horas de trabalho dentro e fora de suas cargas horárias oficiais, ao passo que, conforme os índices levantados na pesquisa, 72,9% já possuíam formação nas TICS a partir de iniciativas individuais ou não. Mesmo com uma certa formação, 47,6% não se sentiam qualificados para o exercício do modelo escolar remoto.

Em 2020, a Medida Provisória 926/2020 determinou que, ao pedido do STF fosse destinado aos Governadores dos Estados e Prefeitos Municipais que tomassem as medidas restritivas e sanitárias cabíveis referente ao fechamento de estabelecimentos ou continuidade dos mesmos durante o pico da COVID-19.

Ao longo do ano de 2020, o Governo do Estado lançou uma série de recomendações referentes as políticas governamentais adotadas durante o COVID-19, conforme o Decreto nº 55.240/2020<sup>11</sup> no campo da Educação, as escolas de todos os níveis a partir de 19 de março foram suspensas, mantendo um respaldo de quinze dias prorrogáveis. Nestes períodos de incertezas prorrogaram-se os prazos até o desenvolvimento, pela Secretaria da Educação, de um plano de ensino de acordo com as medidas preventivas existentes. Para as escolas privadas somente foram feitas recomendações, não obrigatórias, o pedido vinha no sentido de que ao menos, fosse implementado o uso de máscaras e distanciamentos até 1,5 metros dentre outros.

A diferença no tratamento e vertentes educacionais refletiram muito nas opções de Ensino remoto ou híbrido, demonstrando aqui que as escolas privadas se mantiveram em 2020 totalmente híbridas, enquanto nas escolas públicas o ensino remoto prevaleceu em detrimento das condições socioeconômicas que caracterizam a comunidade escolar, no caso a discente.

---

<sup>11</sup> RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto Nº 55.240/2020, DE 10 DE MAIO DE 2020**. O Decreto determinado e atualizado em 2021 determina em 2020 o Ensino Remoto como sendo o padrão estabelecido e aplicado nos demais Municípios pertencentes ao Estado. Diário Oficial Nº 48 - 2ª edição. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/decreto-55-783-doe.pdf>> Acesso em: 10/02/2022.

Sobre as práticas político governamentais adotadas no Rio Grande do Sul<sup>12</sup>, vinculadas às pedagógicas em 2021, foram adotados de acordo com os níveis de Ensino protocolos diferentes, todos obtendo a opção da presencialidade como uma via alternativa, desde que: ‘Ocupação máxima de sala de aula respeitando distanciamento mínimo de 1,5m entre classes, carteiras ou similares’, ficando a cargo das escolas realizarem estes procedimentos.

Sobre os níveis de escolaridade, aos pertencentes a Creche e Pré-Escola fora destinado o Ensino Híbrido, ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais nos Primeiros e Segundos Anos, também o Ensino Híbrido. Dentro do Ensino híbrido e a dinâmica exercida no remoto, é permitida a presencialidade de atendimento para dúvidas em relação a operações das plataformas de educação ou entrega de material em formato físico, sob agendamento. Ao Ensino Fundamental - Anos Finais fora destinada a educação totalmente remota, ao Ensino Médio também e aos que exercem o Ensino Médio junto com o Técnico, o mesmo procedimento.

## 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos de 2020 e 2021 as escolas públicas e privadas adotaram dinâmicas e práticas diferentes. Nas escolas públicas apresentou-se como hegemônico o ensino remoto e nas privadas o ensino híbrido. Em 2021 observou-se uma transição de abertura tanto para o ensino presencial quanto para a modalidade híbrida.

A partir dos dados desta pesquisa, identifica-se uma significativa desigualdade de acesso ao ensino, quando observamos estudantes de escolas públicas e privadas. Estas diferenças vão desde a existência ou não de acesso à internet, recursos tecnológicos (que influenciaram a existência ou não do ensino híbrido e/ou síncrono), até a sobrecarga e precarização do trabalho docente, momento em que as instâncias privadas foram invadidas pelas demandas do campo profissional. É necessário também um estudo mais aprofundado

---

<sup>12</sup> RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto Nº 55.771, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021**. O Decreto estabelecido determinado pelo agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), determina as medidas sanitárias e especificidades dos trabalhos públicos exercidos regidos pelo Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020. Neste documento se encontra a destinação do trabalho docente entre remoto, híbrido e presencial. Diário Oficial Nº 42 - 3ª edição. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//doe-2021-02-26.pdf>> Acesso em: 29/12/2021.

para compreender este fenômeno que perpassou as vidas de todos, este entrelaçamento entre o público e o privado durante a pandemia e as consequências do *home-office*.

Enquanto as profissionais da educação nas escolas públicas enfatizam as questões estruturais de acessos ao ensino, nas escolas privadas sua atenção referia a baixa adesão dos estudantes no acompanhamento das aulas e atividades propostas. As perguntas que surgem diante destas evidências são referentes às consequências não só acadêmicas que se dão de forma bastante objetivas nos parâmetros gerais demonstrados aqui, mas, também, pelos outros aspectos propostos pela escolaridade como a viabilidade de socialização, espaços de convivências e compartilhamento de experiências pessoais, coletivas e acadêmicas. E de que forma o fechamento destas escolas afetou nas dinâmicas familiares já que a escola é uma instituição de suporte para estes jovens no quesito de cuidado de familiares, também.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Darlan. **Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países.** Globo - Portal G1 Economia, 22/11/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml>>. Acesso em: 30/12/2021.
- BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. Editora Insular, 2012. Florianópolis
- Brandão, Zaia. **Dialética micro/macro na sociologia da educação.** Revista eletrônica Scielo Brasil, Cadernos de Pesquisa, Julho 2001. nº 113, pp. 153-165. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200008>>. Acesso em: 30/12/2021
- BRASIL, Senado Federal. Senado Notícias. **Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado.** Agência Senado, 16/04/2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>> Acesso em: 30/12/2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Site de acesso á BNCC e seus documentos remanescentes. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 29/12/2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Site de acesso á BNCC, juntamente com a explicação governamental das principais mudanças do Novo Ensino comparados ao anterior, aqui também, pode-se ter acesso na íntegra ao documento oficial do governo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>> Acesso em: 29/12/2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> Acesso em: 29/12/2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A procura de uma Sociologia prática.** Org. Renato Ortiz. Editora Ática, 1983, São Paulo. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001954/mod\\_resource/content/0/Renato%20Ortiz%20%28org.%29.-A%20sociologia%20de%20Pierre%20Bourdieu.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001954/mod_resource/content/0/Renato%20Ortiz%20%28org.%29.-A%20sociologia%20de%20Pierre%20Bourdieu.pdf)> Acesso em: 30/12/2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008.

Bourdieu, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Márcio. **Investimento direto externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação.** Scielo Brasil, Economia e Sociedade. Campinas, v. 21, n. 2, p. 275-300, Agosto de 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000200003&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 30/12/2021.

Conceição, João. **Região Metropolitana de Porto Alegre é uma das que mais perdeu renda do trabalho na pandemia.** Instituto Humanitas Unisinos, Novembro de 2020.

Disponível em:

<<https://www.ihu.unisinos.br/167-noticias/observatorios/604350-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-uma-das-que-mais-perdeu-renda-do-trabalho-na-pandemia>> Acesso em: 22/01/2022.

Fernandes, Fernanda. **Inflação volta a acelerar em maio e castiga mais pobres.** Correio Braziliense - Economia. Brasília, Distrito Federal, 15/06/2021. Disponível em:

<<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/06/4931251-inflacao-volta-a-acelarar-em-maio-e-castiga-mais-pobres.html>> Acesso em: 30/12/2021.

Ferreira, Amarílio. **História da Educação Brasileira - Colônia ao século XX.** Editora EdUFSCar, 2010, São Carlos. Disponível em

Ferreira,A.; Carvalho,C; Neto, W. Federalismo e educação no Brasil republicano: dilemas da organização educacional (1889-1930). Acta Scientiarum. Education, vol. 38, núm. 2, pp. 109-120, 2016. Universidade Estadual de Maringá.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 17ª Ed. 1987. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf)> Acesso em: 21/01/2022.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Os fundamentos do Trabalho em Marx: Considerações acerca do Trabalho Produtivo e do Trabalho Improdutivo.** I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social / 2015 nov. 2017. Disponível em: <[https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo\\_1\\_250.pdf](https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_250.pdf)> Acesso em: 25/11/2021.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2004. pp.16-35. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4205882/mod\\_resource/content/1/%5BAula%207\\_Obrigat%C3%B3rio%5D%20GOLDENBERG%2C%20M.%20A%20Arte%20de%20pesquisar.PDF](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4205882/mod_resource/content/1/%5BAula%207_Obrigat%C3%B3rio%5D%20GOLDENBERG%2C%20M.%20A%20Arte%20de%20pesquisar.PDF)> Acesso em: 30/12/2021.

Hoffmann, Taise. **Desvelar o óbvio: o abismo social e educacional na pandemia.** Revista eletrônica Olhar de Professor. Ponta Grossa, v. 24,p. 1-8, e-16152.061, 2021. Disponível em:

<<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16152/209209215689#toc>>  
Acesso em: 30/12/2021.

IBGE, Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. **Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da População Brasileira 2021**. Rio de Janeiro, 2021, Pp 25-26. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>> Acesso em: 22/01/2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Carta de Conjuntura. **Índice de qualidade do trabalho e suas implicações sobre a produtividade e a taxa de desocupação**. Brasil, 14 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/06/indice-de-qualidade-do-trabalho-e-suas-implicacoes-sobre-a-produtividade-e-a-taxa-de-desocupacao/>> Acesso em: 30/12/2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Carta de Conjuntura. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas**. Brasil, 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho>> Acesso em: 30/12/2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 30/12/2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco de Tabelas Estatísticas. **Tabela de 1846 - Valores a preços correntes**. Brasil. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846#/n1/all/v/all/p/-1/c11255/90687,90691,90696,90705,90706,90707,93404,93405,93406,93407,93408,102880/l/v,,c11255+t+p/resultado>> Acesso em: 30/12/2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em,%24%202%20048%2C0%20bilh%C3%B5es>> Acesso em: 30/12/2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Visão Geral da Conjuntura**. Brasil, 22 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/inflacao/>> Acesso em: 30/12/2021.

Janowski, D. (2014). **A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural**. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP, 3-5 de dezembro de 2014, Ensenada, Argentina. Em: Actas. La Plata: UNLP. FAHCE. Departamento de Sociología. Disponível em: <[https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.4639/ev.4639.pdf](https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.4639/ev.4639.pdf)> Acesso em: 30/12/2021.

Júnior, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia**. Editora Brasiliense, São paulo, 6º Ed. 1942. Disponível em:

<<https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/formac3a7c3a3o-do-brasil-contempor3a2neo-caio-prado-junior.pdf>> Acesso em: 21/01/2022.

LIMA, Márcia. **Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais**. 1ª Ed. São Paulo, 2016. pp. 10 - 29. Disponível em:

<[http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016\\_E-BOOK%20Sesc-Cebrap\\_%20Metodo%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf](http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodo%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf)> Acesso em: 30/12/2021

Macedo, Renata. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública**. Revista Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>>. Acesso em: 16/12/21.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **O manifesto do partido Comunista**. Estud. av. vol.12 no.34 São Paulo Sept./Dec. 1998. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002)> Acesso em: 29/12/2021.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. Martins Fontes, 2ª ed. São Paulo Fev. 2001.

MARX, Karl. **CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. Editora Expressão Popular. 2ª Ed. São Paulo. 2008. Disponível em: <[https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao\\_a\\_critica\\_da\\_economia\\_politica.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf)> Acesso em: 08/02/2022.

MATOS, Maurício Sousa; COSTA, Breno Rafael da; CARVALHO, Lilian Amaral de. **A pandemia e o ensino de Ciências Sociais: Uma experiência de implementação das atividades remotas da disciplina de Sociologia em uma escola pública do interior baiano**. Revista Educação Pública. Rio de Janeiro, v. 21, nº 12, 6 de abril de 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/12/a-pandemia-e-o-ensino-de-ciencias-sociais-uma-experiencia-de-implementacao-das-atividades-remotas-da-disciplina-de-sociologia-em-uma-escola-publica-do-interior-baiano>> Acesso em: 30/12/2021.

Mészáros, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed, São Paulo. Ed. Boitempo Editorial, 2008. Disponível em:

<<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-mezzaros.pdf>> Acesso em: 30/12/2021.

PALUDO, Elias. **Os desafios da docência em tempos de pandemia**. Revista Em Tese, Florianópolis, v.17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p441>> . Acesso em: 16/12/21.

Prado, Fernando. **Vânia Bambirra e o marxismo crítico latino-americano**. Revista eletrônica REBELA, Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos, v. 1, n. 1, Universidade

Federal de Santa Catarina. Junho de 2011. Disponível em:  
 <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2793>> Acesso em: 30/12/2021.  
 RIBEIRO, Amarolina. **Diferença entre PIB e PNB**. Brasil Escola. Disponível em:  
 <<https://brasilecola.uol.com.br/economia/qual-diferenca-entre-pib-pnb.htm>.> Acesso em:  
 30/12/2021.

Petrecheli, Iliana. **O uso das TICs a favor da construção do conhecimento dos alunos**. Revista eletrônica Repositório Digital Lume, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35700> > Acesso em: 30/12/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Procuradoria Geral do Estado. **Boletim Normativo do Corona-Vírus N° 5 ed. 26 de Março de 2020**. Este Boletim traz Decretos, Leis e Medidas Provisórias pertinentes às medidas do governo do Estado do RS em meio as Normativas Estaduais e Federais referentes ao CORONA-VÍRUS. Disponível em: <<https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/27085420-boletim-normativo-coronavirus-05.pdf>> Acesso em: 29/12/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto N° 55.771, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021**. O Decreto estabelecido determinado pelo agravamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), determina as medidas sanitárias e especificidades dos trabalhos públicos exercidos regidos pelo Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020. Neste documento se encontra a destinação do trabalho docente entre remoto, híbrido e presencial. Diário Oficial N° 42 - 3ª edição. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//doe-2021-02-26.pdf>> Acesso em: 29/12/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Diretrizes de Ensino e aprendizagem durante o período de pandemia do Estado. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/aprendizagem>> Acesso em: 30/12/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Taxa de subutilização da força de trabalho chega a 18,8% no RS no primeiro trimestre do ano**. Publicação em 14/07/2021. Relatório do Governo do Estado sobre as relações empregatícias em 2020 e 2021. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-chega-a-18-8-no-rs-no-primeiro-trimestre-do-ano> > Acesso em: 30/12/2021.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Educação. **Coordenadorias Regionais de Educação**. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/coordenadorias-regionais-de-educacao>>. Acesso em: 30/12/2021.

ROCHA, Bruna Eduarda; FAVERO, Suelen; SOUZA, Wylana Cristina Alves De. **(Des)Igualdades no acesso ao ensino remoto: uma análise acerca da aprendizagem nos meios populares durante a pandemia da Covid 19**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 09, pp. 83-99. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/populares-durante> >. Acesso em: 30/12/2021.

SEABRA, Raphael Lana. **O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois.** Scielo Brasil, Sociedade e Estado. Brasília , v. 28, n. 2, p. 449-454, Agosto de 2013.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200013&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 30/12/2021.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria. **Educação e tecnologias em tempos de pandemia no Brasil.** Debates em Educação, Maceió, v. 12, n. 28, p. 19-41, agosto de 2020.

ISSN 2175-6600. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10157>>. Acesso em: 30/12/2021.

WEBER, Marx. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** V.2, Brasília: UnB, 1999.

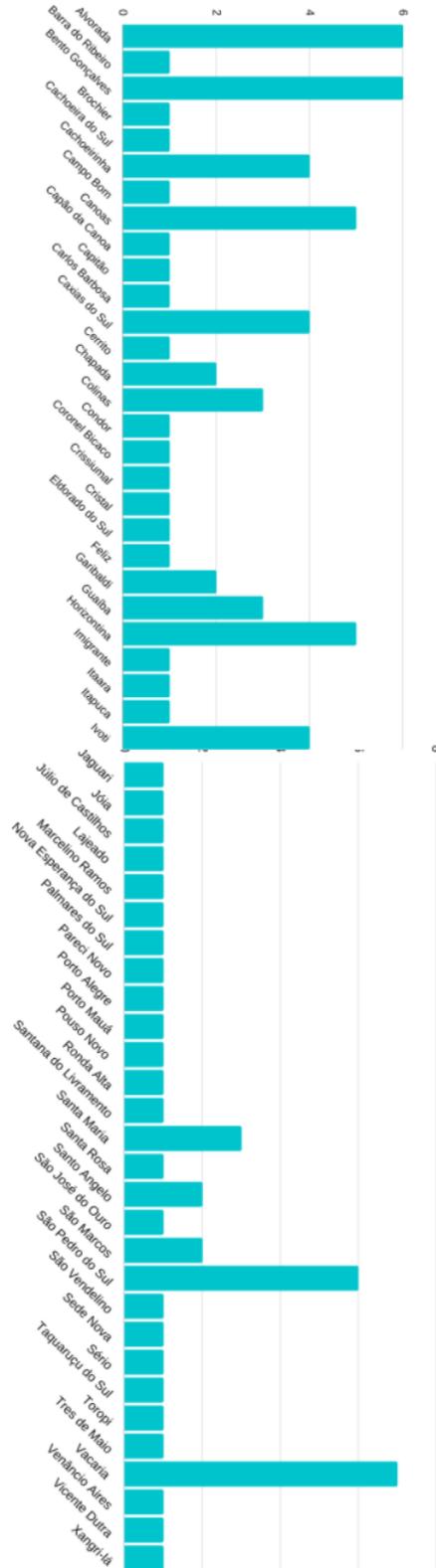
XAVIER, G. L. **Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro.** Argumentum, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 147–160, 2017. DOI:

10.18315/argum.v9i2.15017. Disponível em:

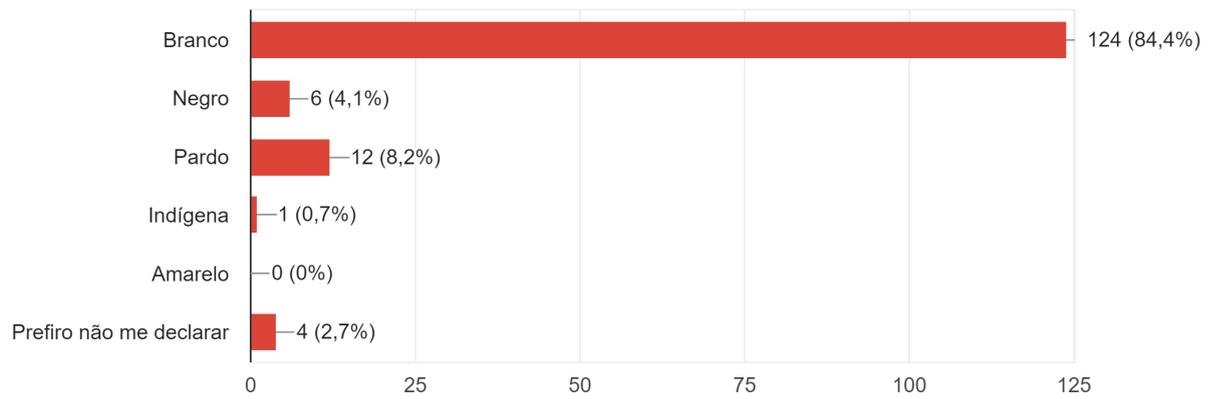
<<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15017>>. Acesso em: 30/12/2021.

## LISTAGEM DE FIGURAS

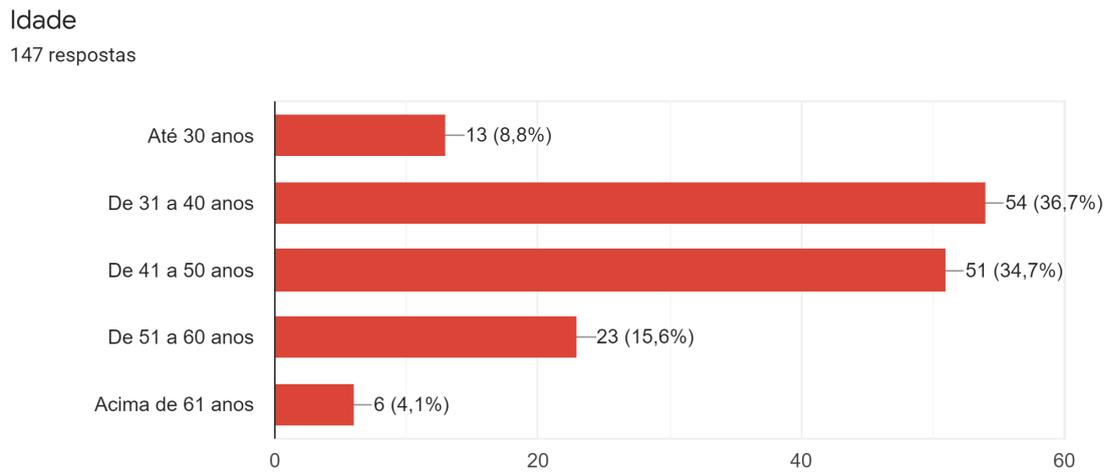
Figura 1 - Cidades do Rio Grande do Sul pertencentes a pesquisa



Fonte : Autoria própria, 2022.

**Figura 3 - Levantamento Étnico-Racial dos participantes da pesquisa**

Fonte: Autoria própria, 2022.

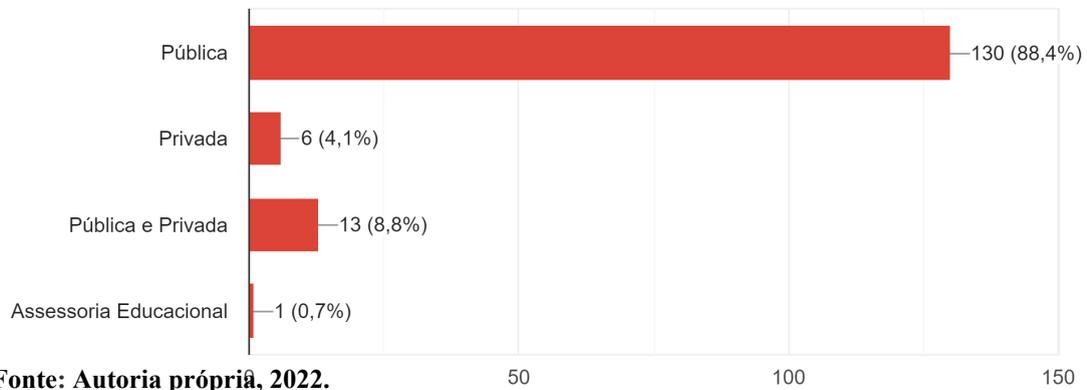
**Figura 4 - Levantamento de Idade dos participantes**

Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 5 - Quantidades de funcionários correspondentes a rede Pública, Privada e Mista.**

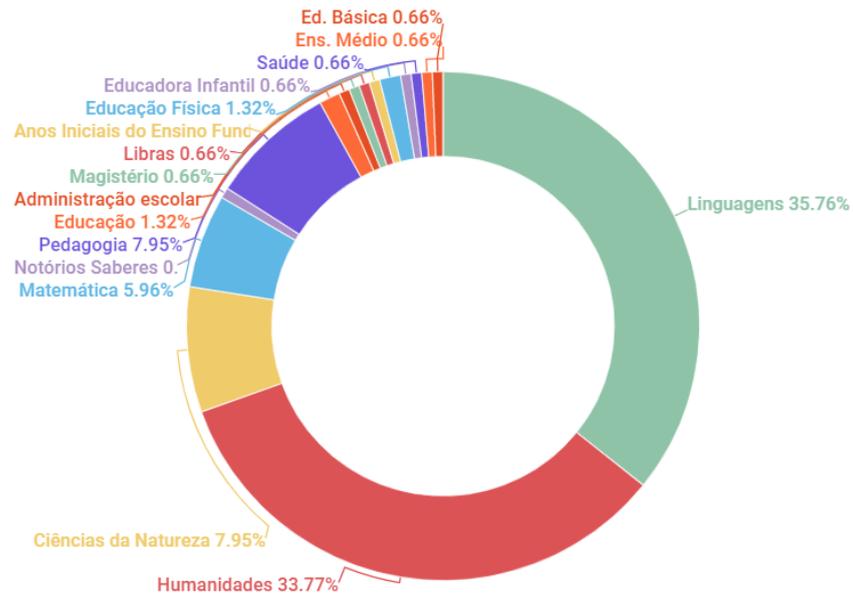
Você é funcionário de rede...

147 respostas



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 6 - Formações de origem dos participantes docentes**

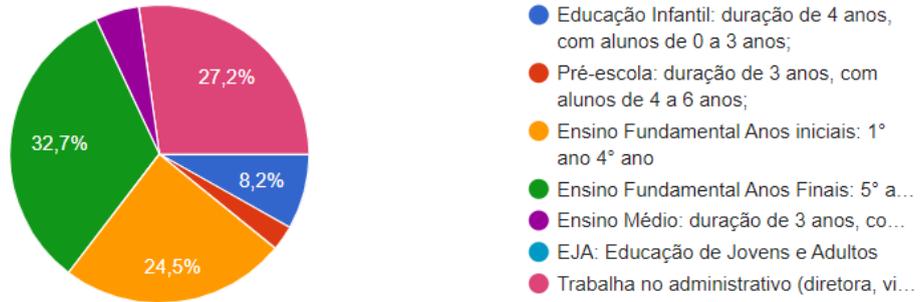


Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 7 - Tipos de ensino ao qual o docente exerce sua profissão entre Educação Infantil, Pré-Escola, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, EJA e Trabalha no Administrativo**

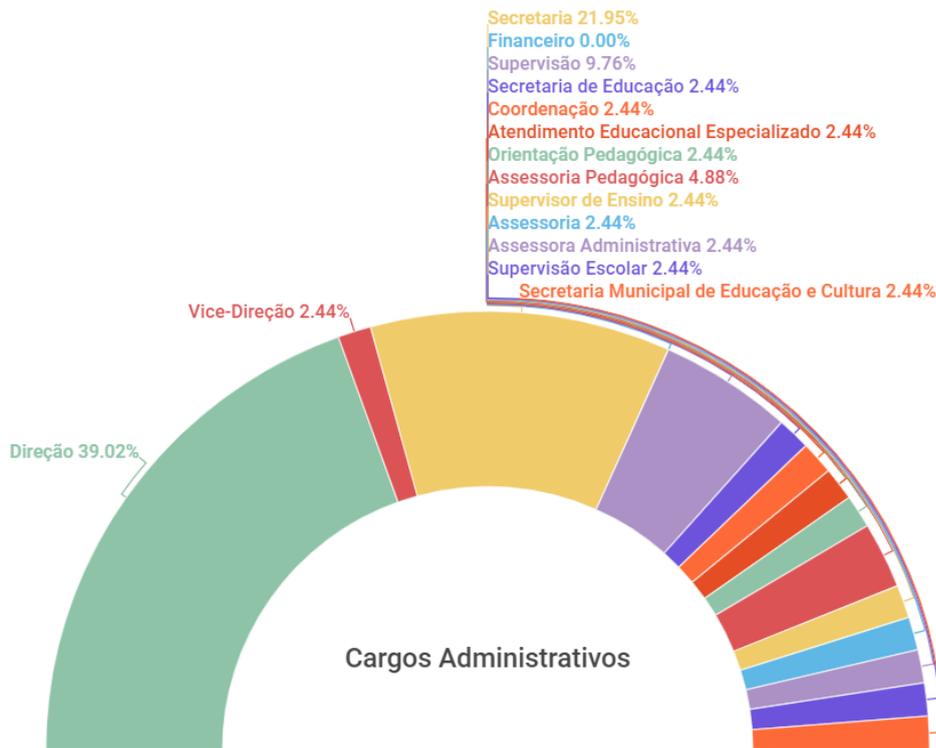
Você trabalha/leciona para...

147 respostas



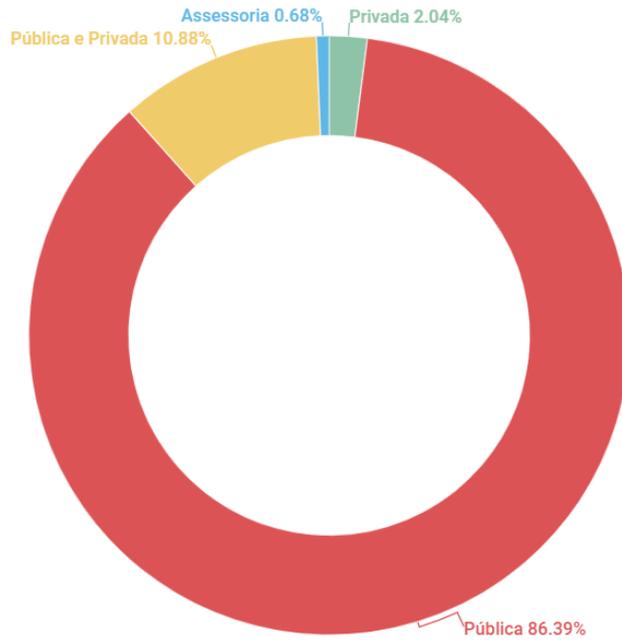
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 8 - Descrição dos Tipos de Cargos Administrativos dos participantes**



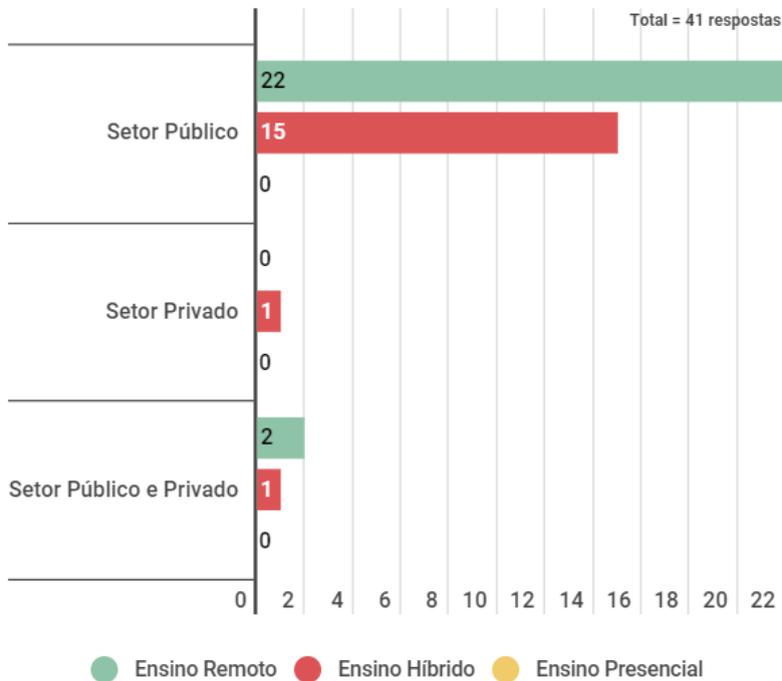
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 9 - Percentuais referentes a participação das Escolas Públicas, Privadas e Mistas.**



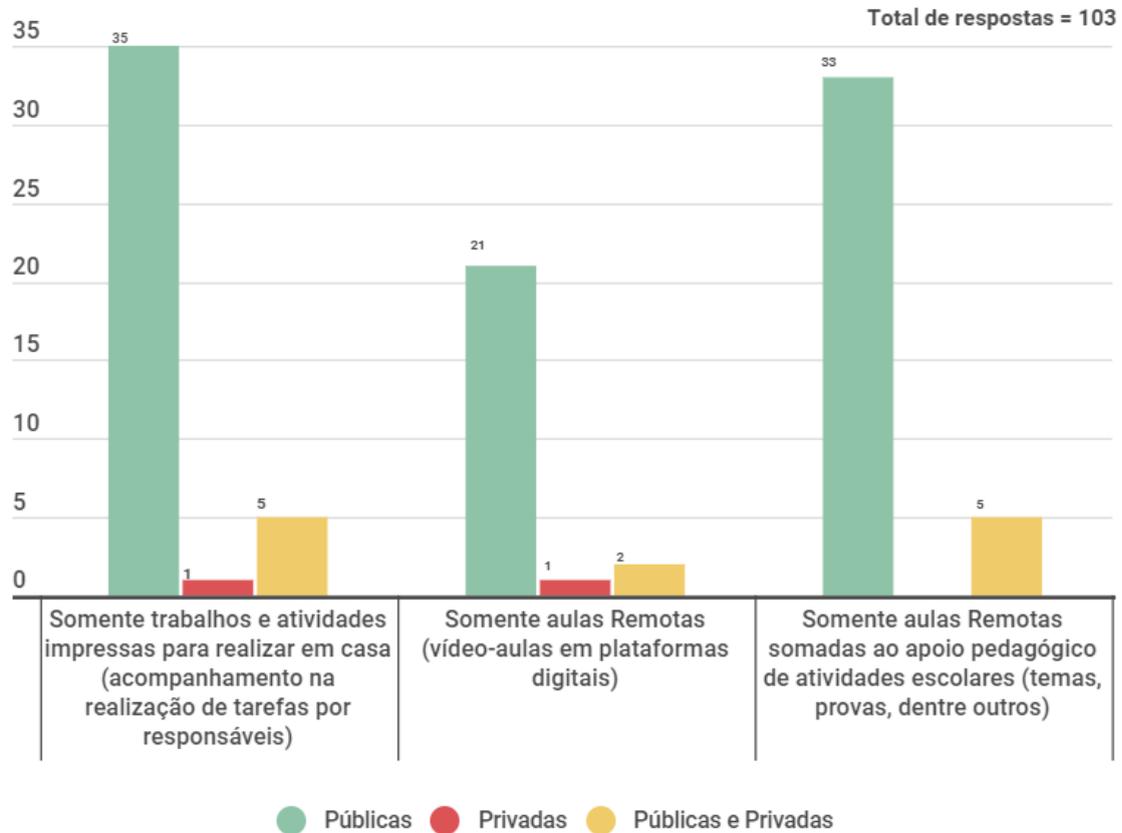
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 10 - Modalidade de Ensino escolhidos em 2020 entre Remoto, Híbrido e Presencial adotadas pelas escolas a partir da visão dos participantes dos Cargos Administrativos**



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 11 - Práticas Didático Pedagógicas adotadas pelas Professoras e Escolas durante o ano de 2020 a partir da percepção do corpo docente.**

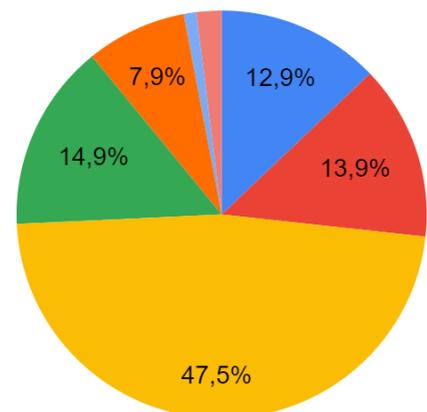


Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 12 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Público.**

### Motivações dos procedimentos escolares escolhidos - Ensino Público

- Obrigatoriedade do formato por parte da direção escolar
- Fruto de diálogo coletivo da instituição com os funcionários
- Obrigatoriedade do formato por parte das políticas públicas que administram o modelo educacional
- Opção dos estudantes e responsáveis
- Opção do Professor
- Devido a comunidade escolar de baixa renda
- Limitação de acesso dos estudantes

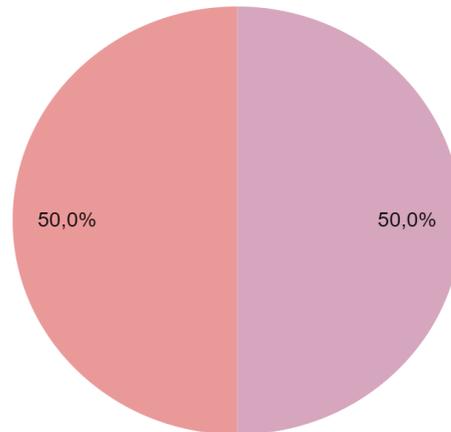


Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 13 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Privado.**

Motivações do Ensino Privado

- Fruto de diálogo coletivo da instituição com os funcionários
- Opção dos estudantes e responsáveis

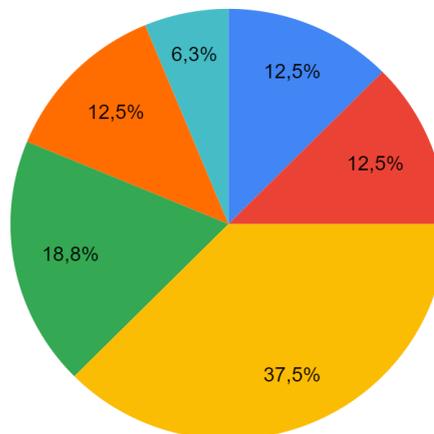


Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 14 - Motivações dos Procedimentos Didático-Pedagógicos escolhidos em 2020 na categoria do Ensino Público e Privado.**

Motivações das escolas Públicas e Privadas

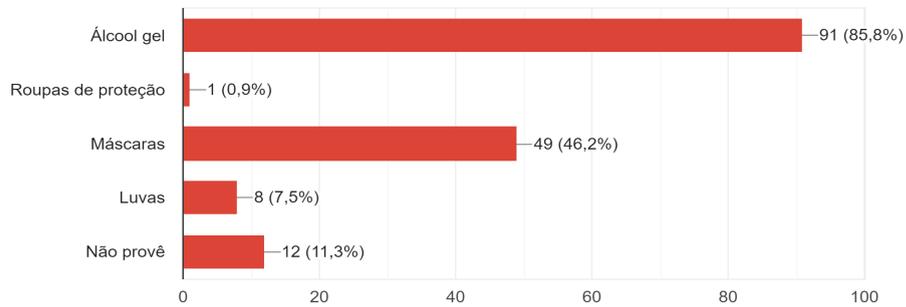
- Obrigatoriedade do formato por parte da direção escolar
- Fruto de diálogo coletivo da instituição com os funcionários
- Obrigatoriedade do formato por parte das políticas públicas que administram o modelo educacional
- Opção dos estudantes e responsáveis
- Opção do Professor
- Diálogo com a comunidade escolar e a equipe escolar



Fonte: Autoria própria, 2022.

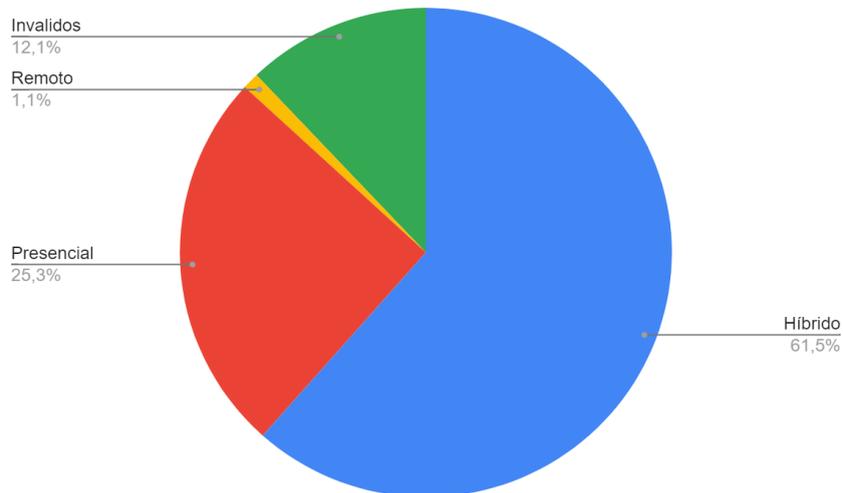
**Figura 15 - Materiais disponibilizados aos docentes durante o horário de trabalho.**

Se sim, quais?  
106 respostas



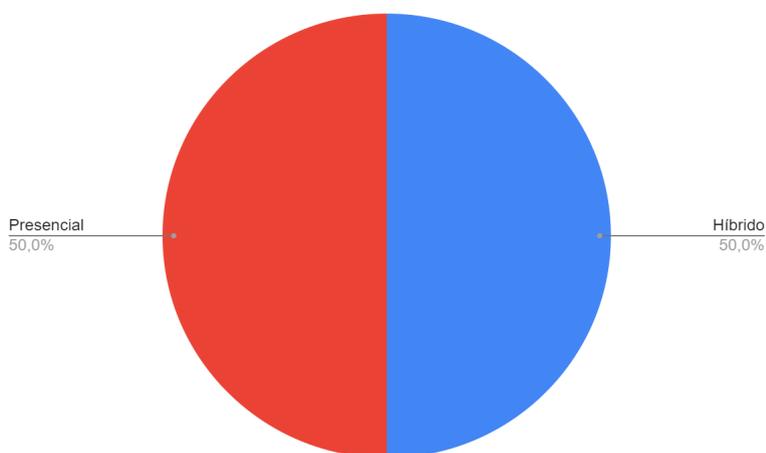
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 16 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Público.**



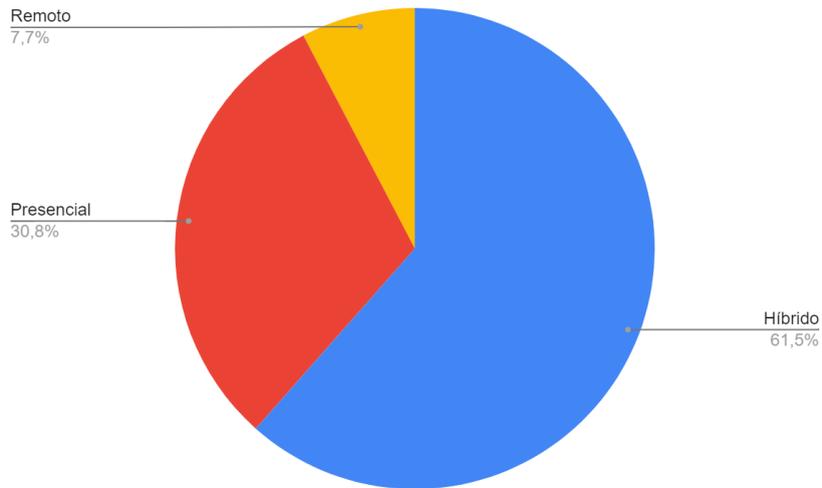
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 17 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Privado.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

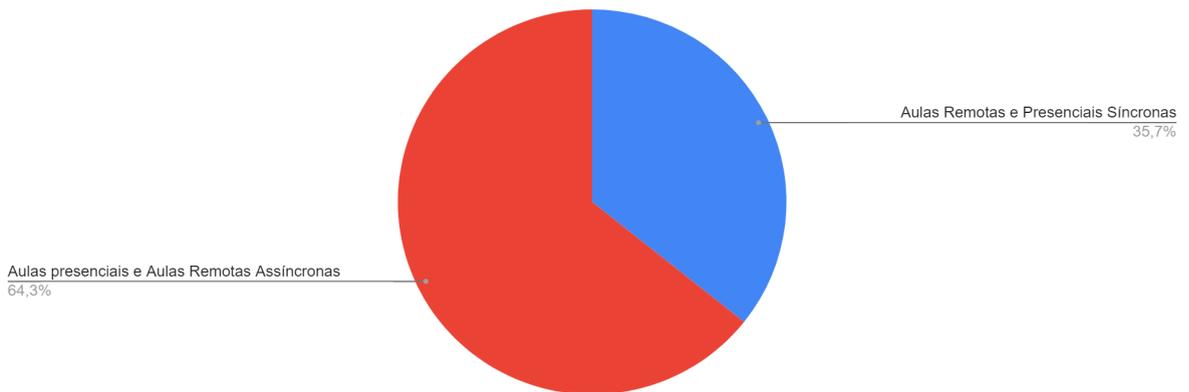
**Figura 18 - Ensino Híbrido, Remoto e Presencial no ano de 2021 na categoria de Ensino Misto.**



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

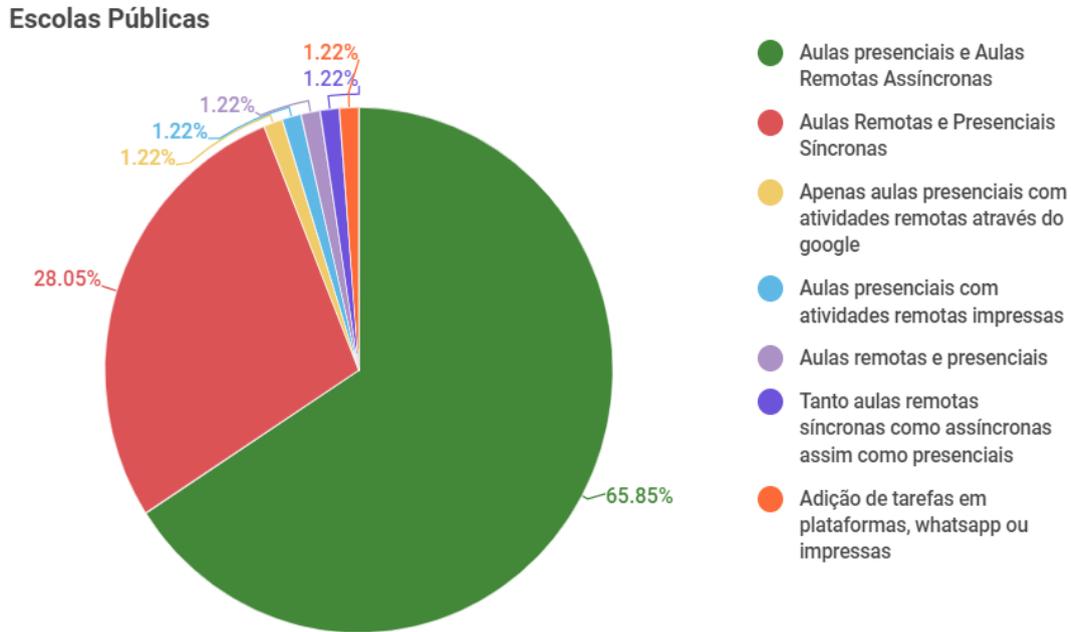
**Figura 19 - Práticas Didático-Pedagógicas em 2021 referente as Escolas Públicas e Privadas.**

Públicas e Privadas



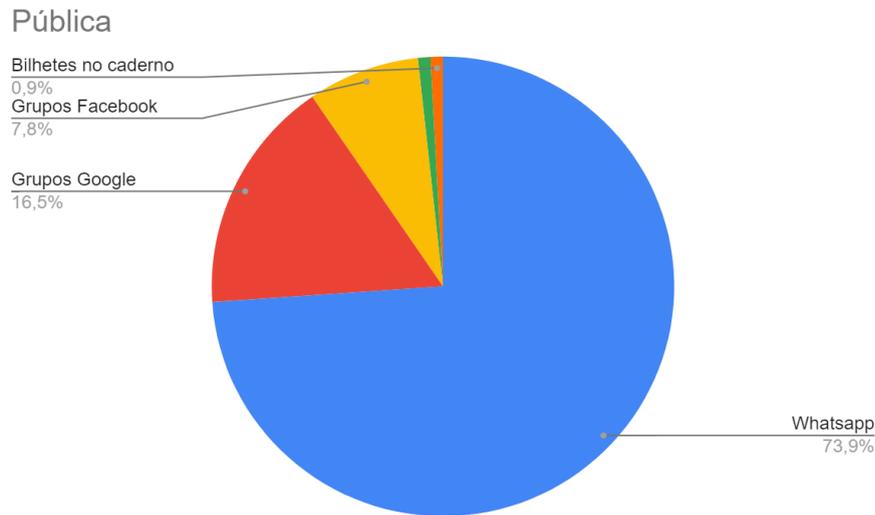
**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Figura 20 - Práticas Didático-Pedagógicas em 2021 referente as Escolas Públicas.**



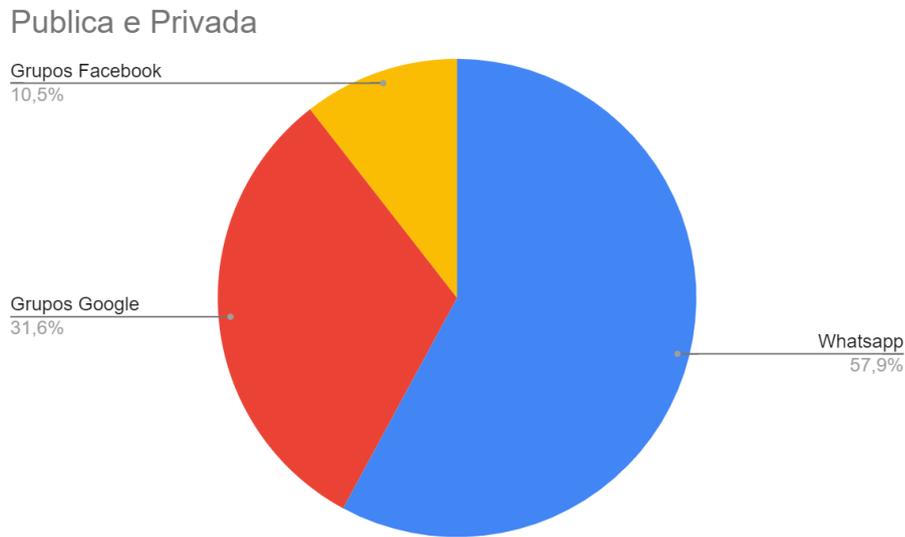
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 21 - Redes de Comunicação e Informação Remotas mantidas com os docentes e a comunidade escolar em 2021 nas escolas Públicas.**



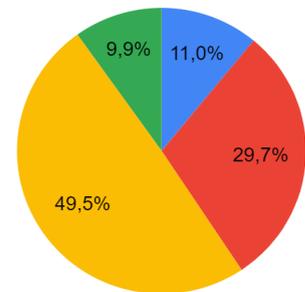
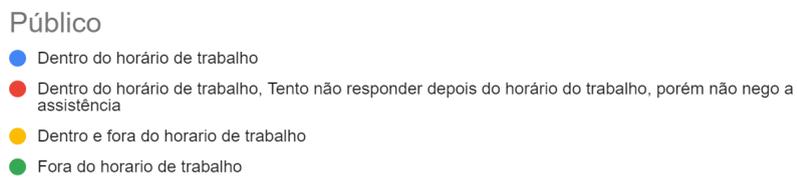
Fonte: Autoria própria, 2022.

**Figura 22 - Redes de Comunicação e Informação Remotas mantidas com os docentes e a comunidade escolar em 2021 das Escolas Públicas e Privadas.**



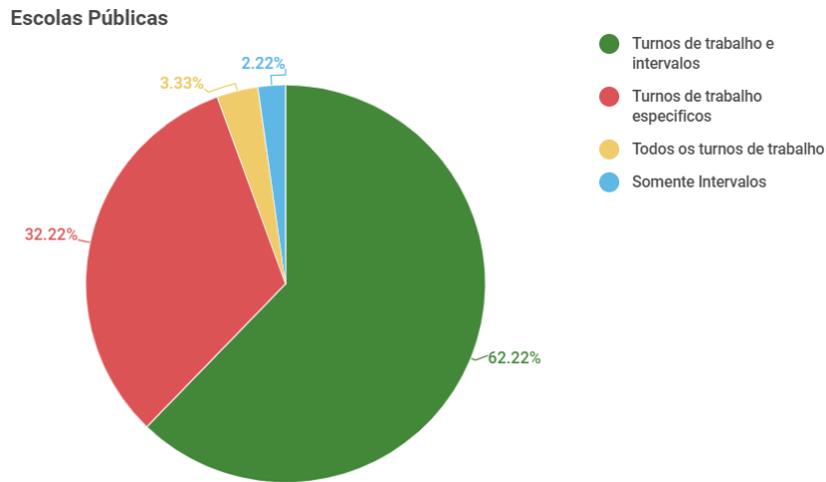
**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Figura 23 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online nas escolas Públicas.**



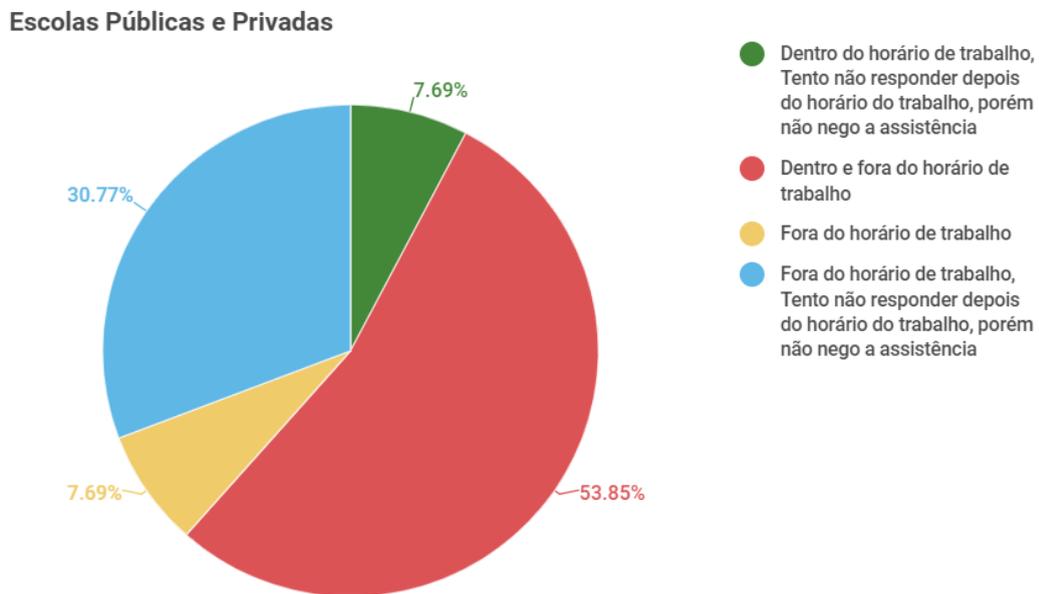
**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Figura 24 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online de acordo com os Turnos de Trabalho dos docentes das escolas Públicas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

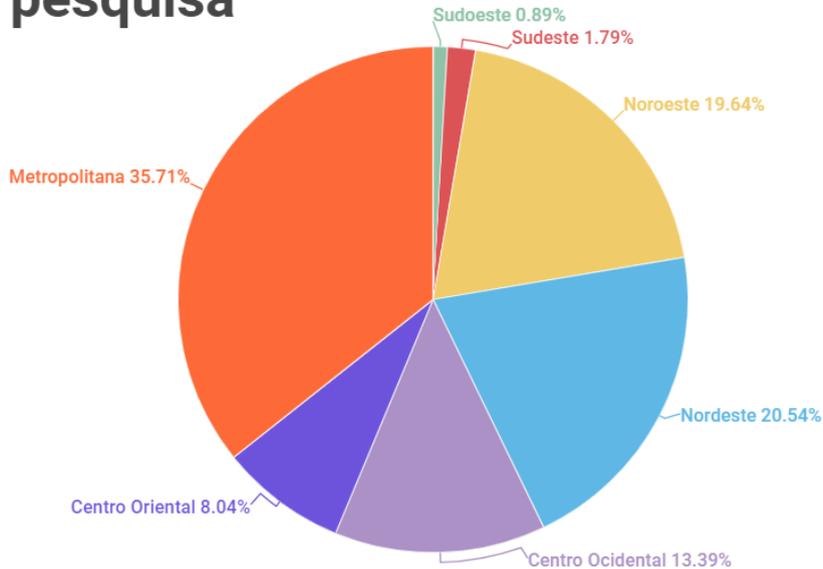
**Figura 25 - Horários de trabalho aos quais os docentes exerceram atendimentos online nas escolas Públicas e Privadas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 26 - Mesorregiões em percentuais correspondentes aos participantes da pesquisa.

## Mesorregiões participantes da pesquisa



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 27 - Taxas de Analfabetismo da população brasileira de 1970.

### Analfabetismo em 1970.

| População com mais de 15 anos | Analfabetos com mais de 15 anos | Taxa de analfabetismo | População de 15 a 39 anos | Analfabetos de 15 a 39 anos | Taxa de analfabetismo |
|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| 54.336.606                    | 17.936.887                      | 33,01%                | 35.954.488                | 9.911.744                   | 27,56%                |

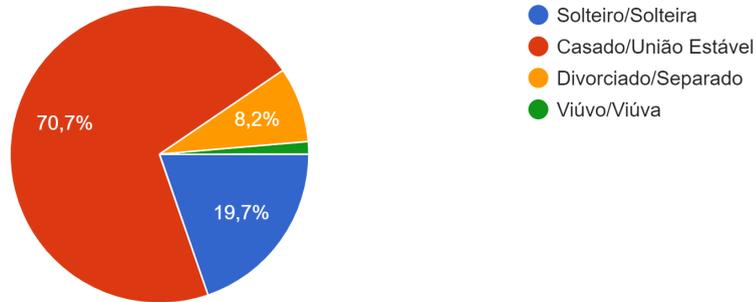
Fonte: adaptado de Romanelli (1986).

## LISTA DE ANEXOS

### Anexo 1 - Estado Civil dos participantes

Estado Civil

147 respostas



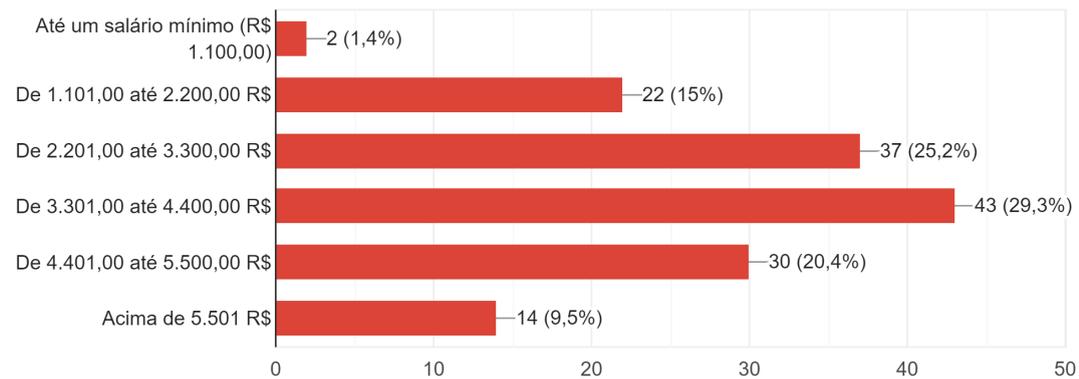
Fonte : Autoria própria, 2022.

### Anexo 2 - Relação de Rendas dos participantes

Figura Anexo 2.1- Rendas Individuais dos participantes

Renda Individual

147 respostas

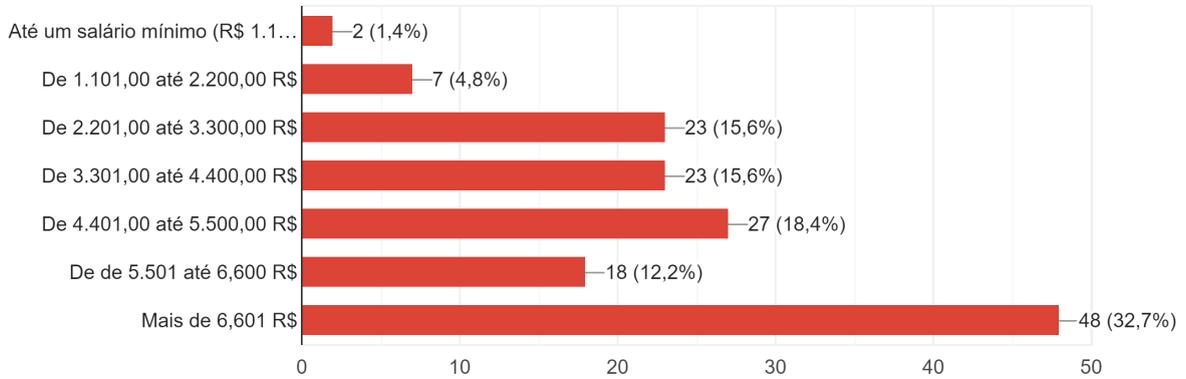


Fonte : Autoria própria, 2022.

## Anexo 2.2 - Rendas Familiares dos participantes

Sua renda familiar:

147 respostas

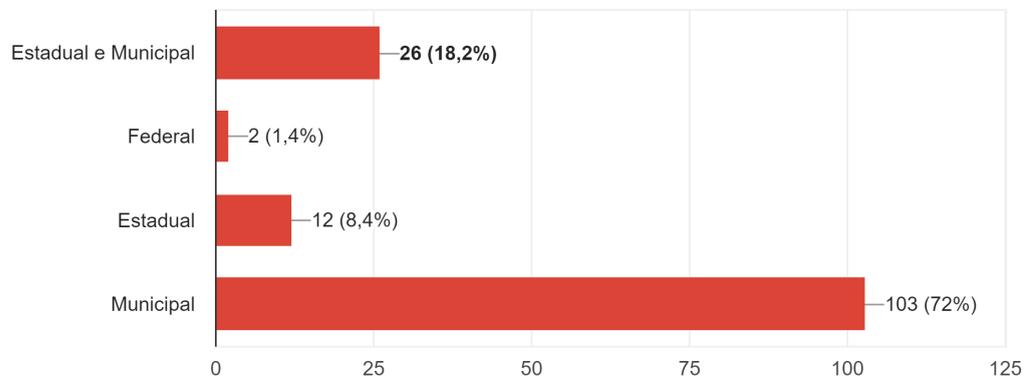


Fonte: Autoria própria, 2022.

## Anexo 3 - Tipos de redes escolares entre Públicas, Privadas e Mistas dos docentes participantes

Se você é funcionário de rede pública, responda: Em que tipo de rede de ensino você leciona?

143 respostas

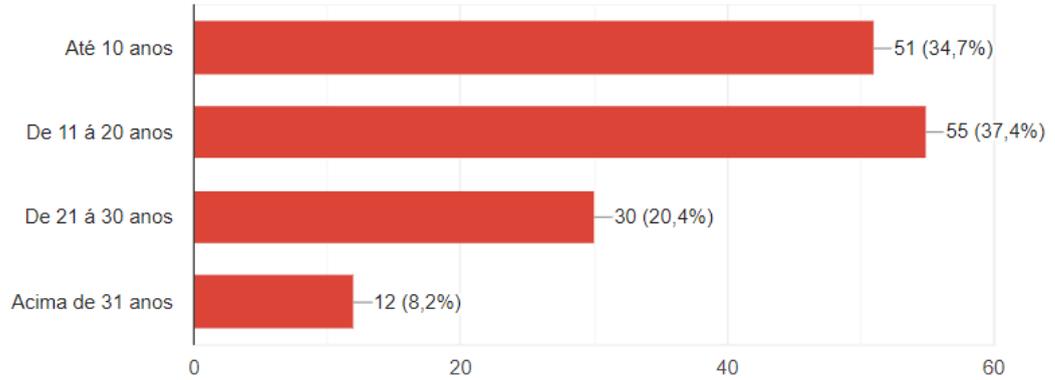


Fonte: Autoria própria, 2022.

#### Anexo 4 - Tempo de trabalho dos profissionais participantes

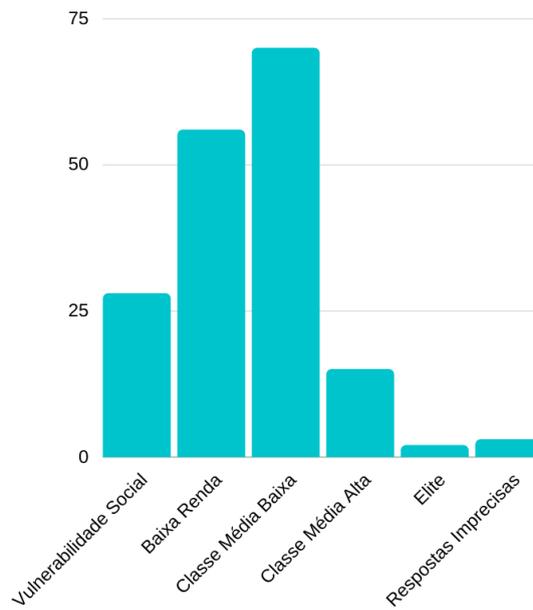
A quanto tempo trabalha como professor/professora ?

147 respostas



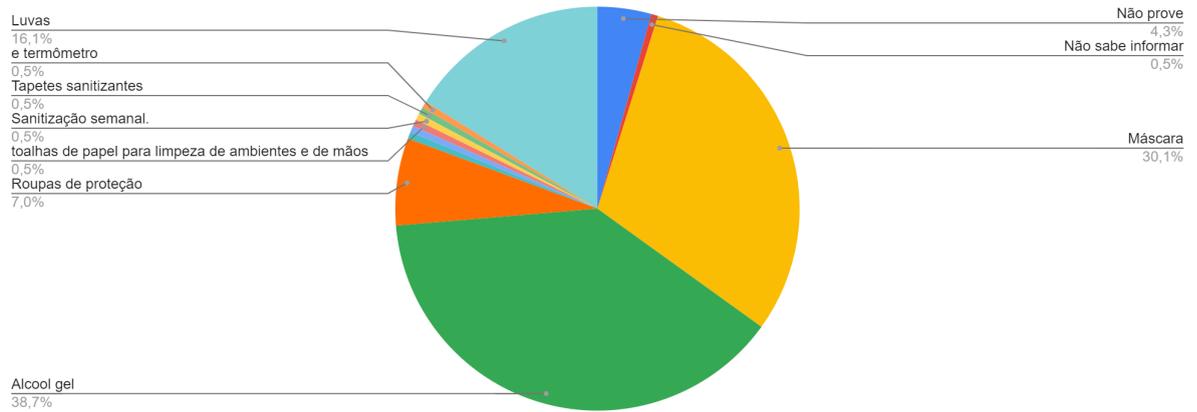
Fonte: Autoria própria, 2022.

#### Anexo 5 - Situação Socioeconômica das comunidades escolares participantes



Fonte: Autoria própria, 2022.

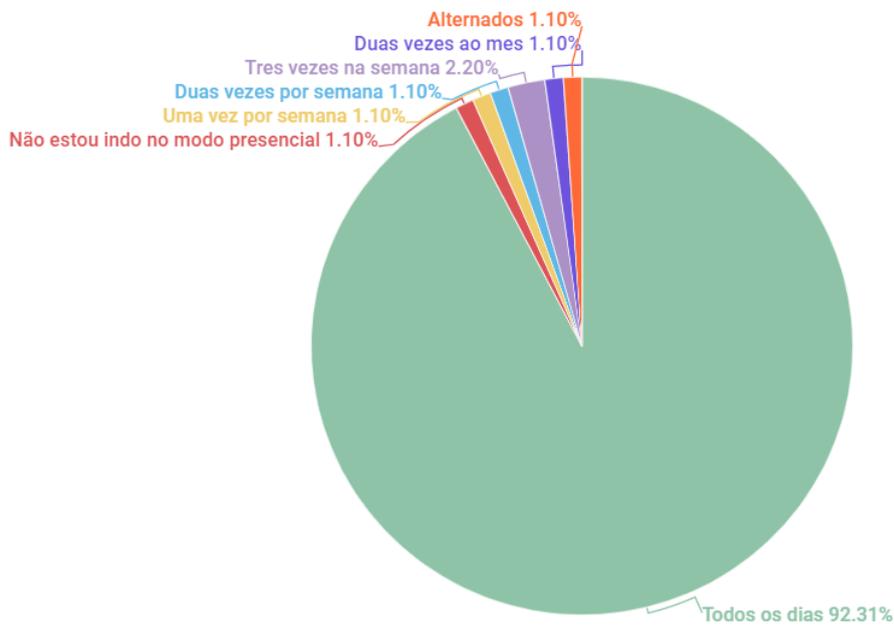
**Anexo 6 -Materiais sanitários providos aos docentes no horário de trabalho das Escolas Públicas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

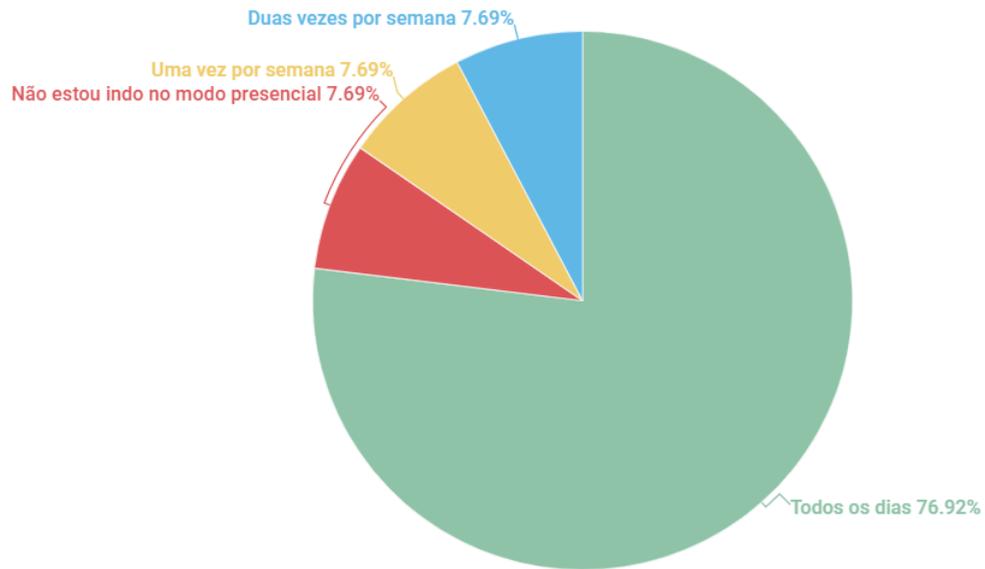
**Anexo 7 - Relações Trabalhistas, Home Office e Presencialidade.**

**7.1- Modalidade Pública**



Fonte: Autoria própria, 2022.

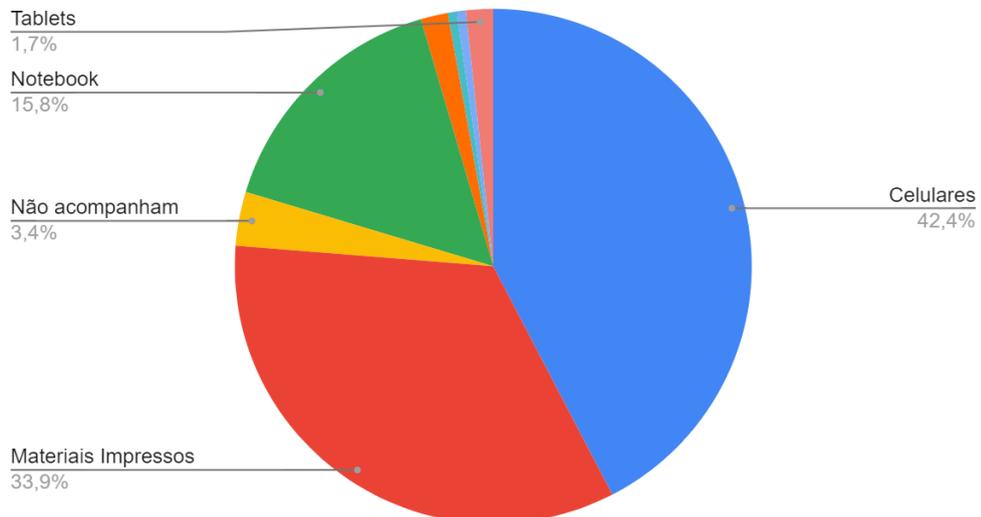
## 7.2- Modalidade Mista



Fonte: Autoria própria, 2022.

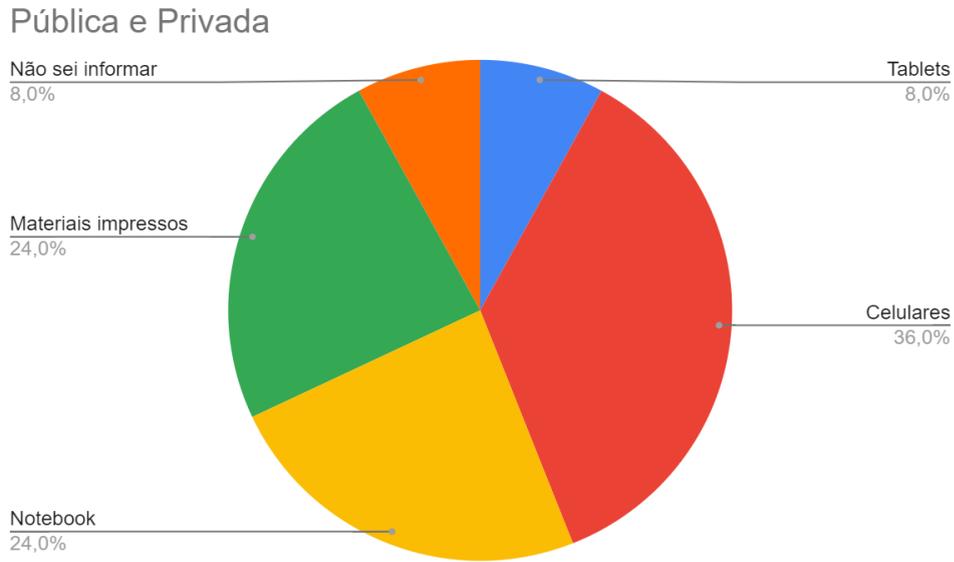
## Anexo 8 - Formato de acompanhamento das aulas Remotas pelos estudantes

### Público



Fonte: Autoria própria, 2022.

### Anexo 9 - Formas de acompanhamento das aulas Remotas pelos estudantes a partir da percepção docente.



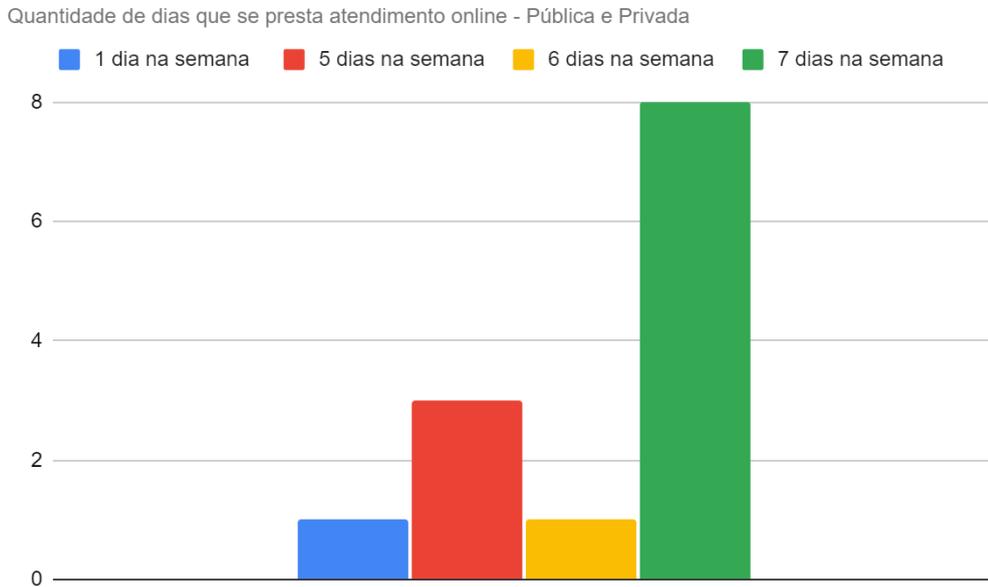
Fonte: Autoria própria, 2022.

### Anexo 10 - Quantidade de número de atendimentos prestados por dias na semana na modalidade de Escolas Públicas.



Fonte: Autoria própria, 2022.

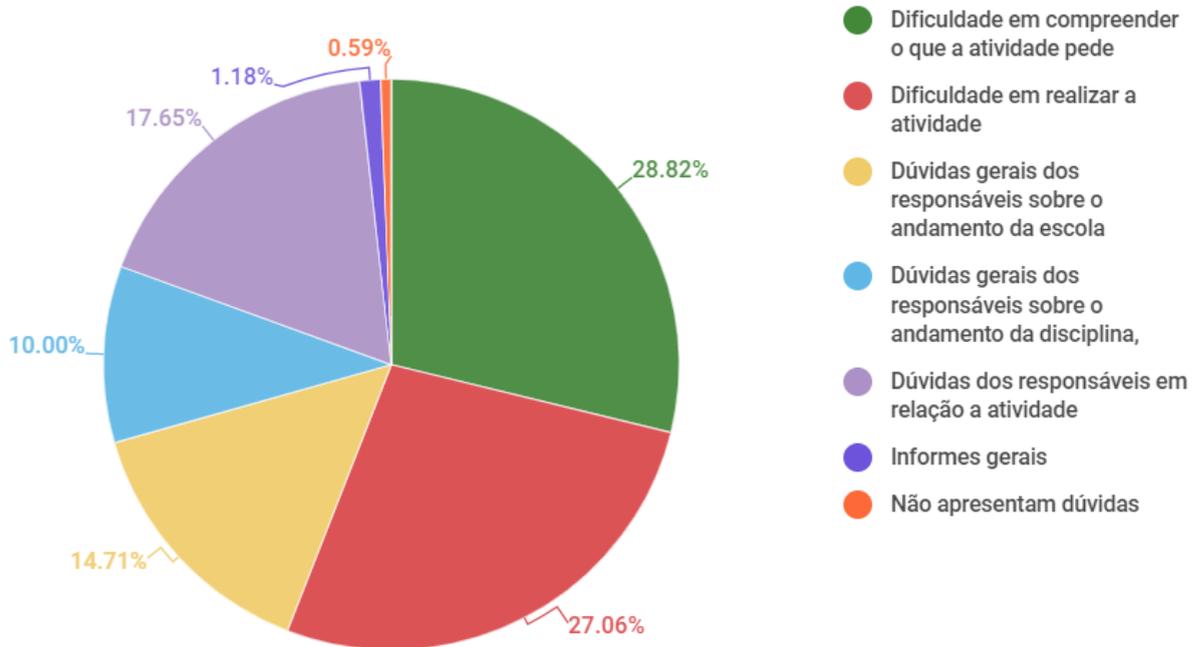
**Anexo 11 - Quantidade de número de atendimentos prestados por dias na semana na modalidade de Escolas Públicas e Privadas.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Anexo 12 - Do conteúdo destes atendimentos online prestados aos docentes á comunidade escolar na Modalidade de Escolas Públicas.**

**Públicas**

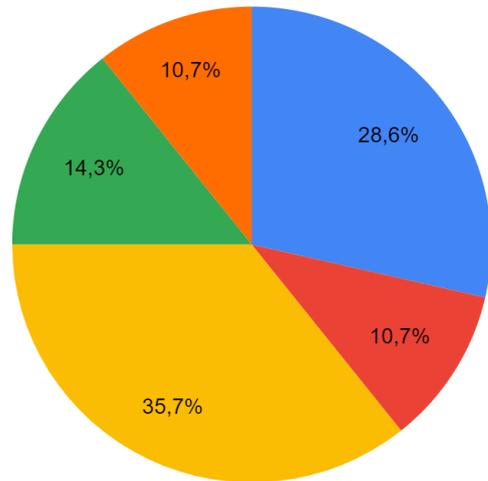


Fonte: Autoria própria, 2022.

### Anexo 13 - Do conteúdo dos atendimentos online prestados aos docentes nas escolas Públicas e Privadas.

#### Públicas e Privadas

- Dificuldade em realizar a atividade
- Dúvidas gerais dos responsáveis sobre o andamento da escola
- Dificuldade em compreender o que a atividade pede
- Dúvidas gerais dos responsáveis sobre o andamento da disciplina
- Dúvidas dos responsáveis em relação a atividade,

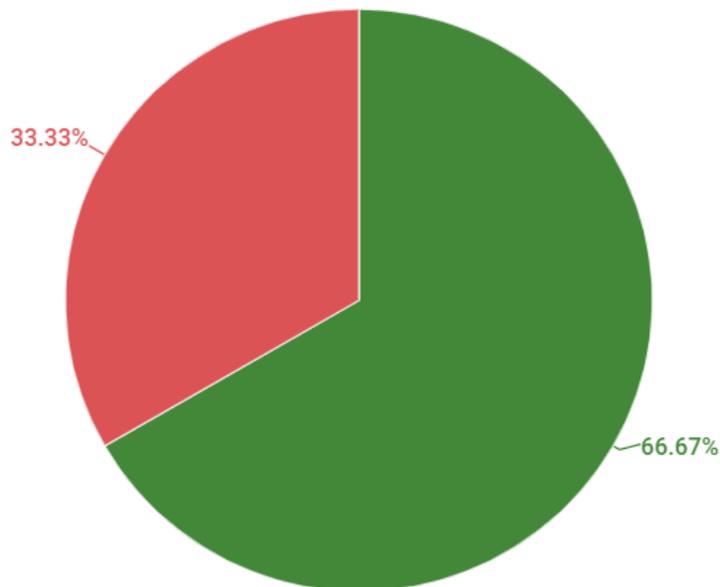


Fonte: Autoria própria, 2022.

### Anexo 14 - Do conteúdo dos atendimentos online prestados aos docentes nas escolas Privadas.

#### Privadas

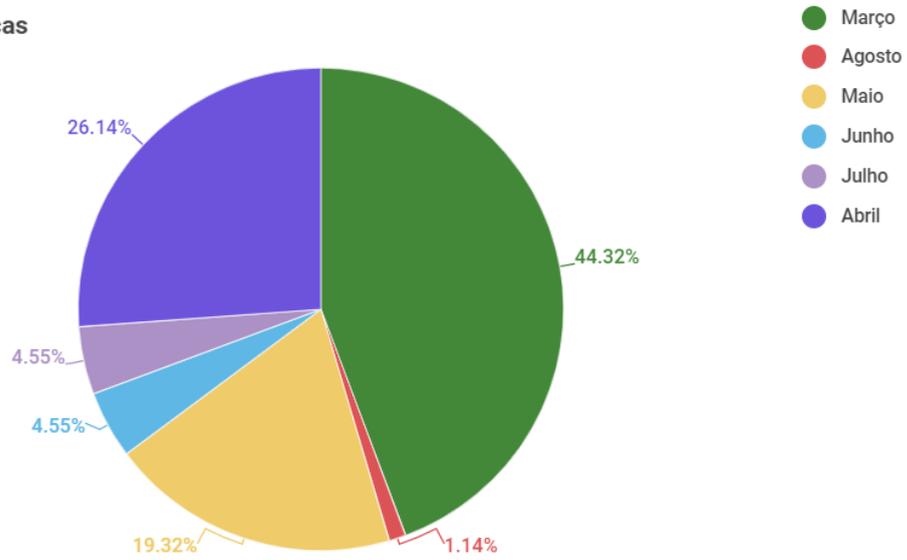
- Dificuldade em compreender o que a atividade pede
- Dúvidas gerais dos responsáveis sobre o andamento da disciplina



Fonte: Autoria própria, 2022.

**Anexo 15 - Início das Atividades Escolares em 2020 na Categoria de Escolas Públicas.**

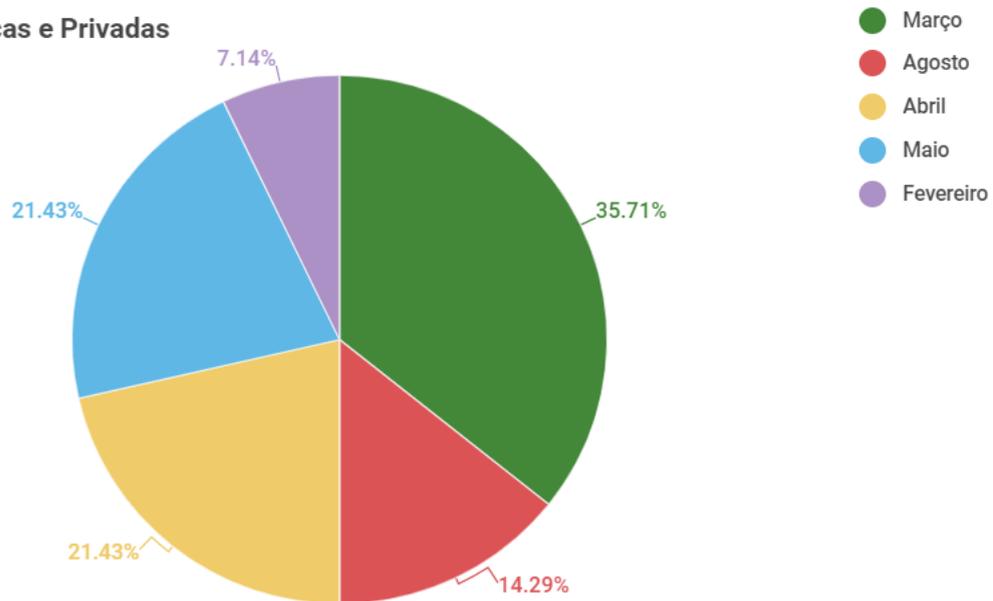
**Públicas**



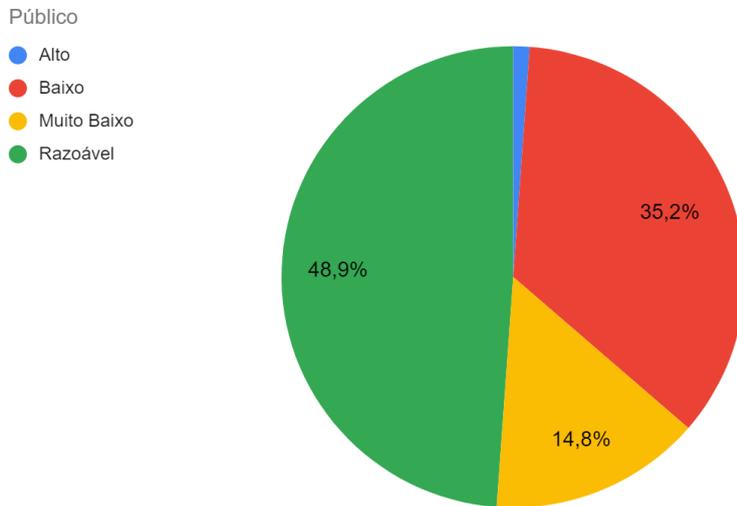
**Fonte: Autoria própria, 2022.**

**Anexo 16 - Início das Atividades Escolares em 2020 na Categoria de Escolas Públicas e Privadas.**

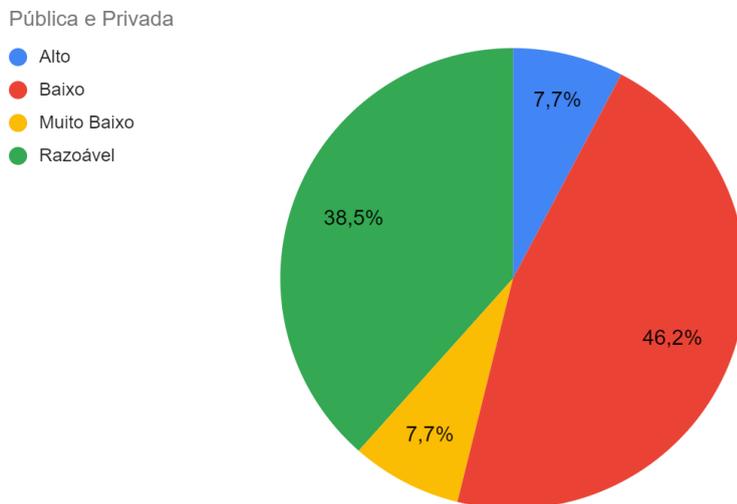
**Públicas e Privadas**



**Fonte: Autoria própria, 2022.**

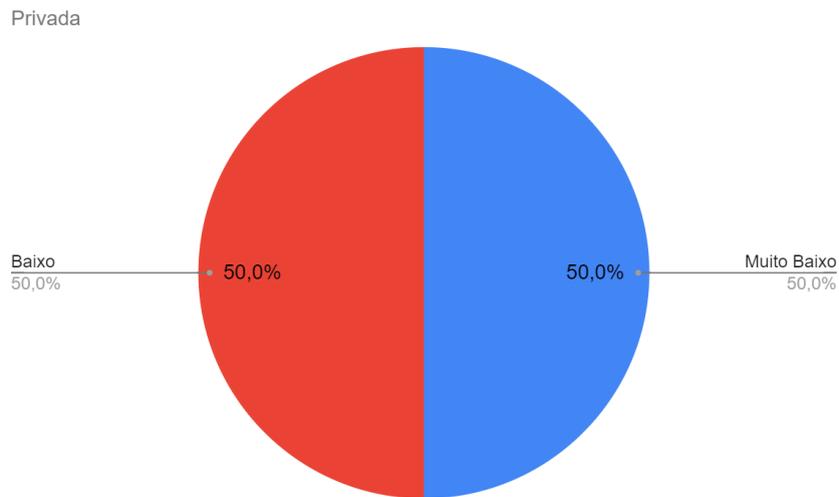
**Anexo 17 - Avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes no período de pandemia.****17.1 - Avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes no período de pandemia nas Escolas Públicas.**

Fonte: Autoria própria, 2022.

**17.2 - Avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes no período de pandemia nas Escolas Públicas e Privadas**

Fonte: Autoria própria, 2022.

### 17.3 - Avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes no período de pandemia nas Escolas Privadas.



Fonte: Autoria própria, 2022.